

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**  
**COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CARINE OLIVEIRA DA SILVA**

**CONQUISTAS E DILEMAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA**  
**PRIMEIRA TURMA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB:** em questão o estágio  
supervisionado

**CACHOEIRA**

**2012**

**CARINE OLIVEIRA DA SILVA**

**CONQUISTAS E DILEMAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA  
PRIMEIRA TURMA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: em questão o estágio  
supervisionado**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Albany Mendonça Silva

**CACHOEIRA**

**2012**

**CARINE OLIVEIRA DA SILVA**

**CONQUISTAS E DILEMAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA  
PRIMEIRA TURMA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: em questão o estágio  
supervisionado**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Albany Mendonça Silva (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> -Dra. Valeria dos Santos Noronha Miranda

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Jucileide Ferreira do Nascimento

**APROVADO EM:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**CACHOEIRA  
2012**

## **DEDICATÓRIA**

**Ao corpo docente de Serviço Social da UFRB, que com todas as dificuldades, buscou oferecer uma formação acadêmica de qualidade, comprometida com emancipação social.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço! primeiramente ao meu grande DEUS pela força nos momentos difíceis de serem suportados. Oh! Senhor tu sabes que sofri, mas amadureci em meio a tanta ansiedade.

A minha família que amo muito, a mainha e painho que me ensinaram o significado de honestidade e humildade, a Marcos e Thiago meus irmãos que sempre me deram carinho, meus amores.

A TEO o grande amor da minha vida, que me ensinou a viver com felicidade. TE AMO MUITO, e a sua família maravilhosa que me acolheu.

A minha amiga Albany que me deu carinho e paz em um momento de turbulência, Alba te quero para vida toda. Minha amiga. Que orgulho.

Aos muitos amigos que são os pilares de sustentação da minha vida. Amo todos.

## RESUMO

A pesquisa se propôs a refletir, a partir do Estágio Curricular Obrigatório, o processo de formação profissional da primeira turma do curso em Serviço Social da UFRB. A opção por esse recorte deu-se em virtude de compreender as conquistas e os dilemas provenientes da implementação do primeiro curso público de Serviço Social no Estado da Bahia, na cidade de Cachoeira no Recôncavo Baiano, visando situar as dificuldades e diversidade próprias do contexto de expansão e interiorização do ensino superior das universidades públicas no bojo do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Considerando o estágio como o momento em que se vivencia a experiência prática da profissão, espaço lócus para articulação da formação profissional e exercício profissional e construção das mediações dos conhecimentos, teórico- metodológico técnico- operativo e ético- político da profissão. Nessa direção, buscou-se para fundamentar o estudo em questão recuperar a contextualização dos, rebatimentos das atuais condições do estágio supervisionado na formação profissional, aliado ao debate sócio-histórico da reforma do ensino superior, das diretrizes curriculares, Política Nacional de Estágio- PNE e as legislações/resoluções que regem o estágio. Dentre os resultados da investigação, destacam-se: a) implicação das dimensões formativa e interventiva da profissão b) qualidade dos processos de estágios; c) dificuldade de deslocamento dos estagiários d) ausência de supervisões conjuntas; e) processo de precarização das condições de trabalho dos supervisores nos espaços sócio- ocupacionais; f) a condição de estagiários trabalhadores g) entraves e dilemas na operacionalização do projeto de intervenção; h) relações conflituosas entre discentes x supervisores acadêmicos e de campo; i) processo de seleção do campo de estágio e não identificação com a área de atuação. Por fim, podem-se inferir que tais resultados refletem a necessidade de indagar que os dilemas e conquistas do estágio supervisionado estão intrínsecos as reais condições de precarização do mercado de trabalho.

**Palavras chaves:** Ensino Superior, Estágio Supervisionado e formação profissional.

## Abstract

The research aimed to reflect, from Mandatory Stage Curriculum, the process of formation the first class of the course in Social Service UFRB. The choice of this cut occurred due to understand the achievements and dilemmas arising from implementation of the first public course in Social Service in the State of Bahia in the city from Cachoeira in the Reconcavo Baiano, aiming to situate themselves the difficulties and diversity of context and expansion internalization of higher education in public universities in the wake of the Plan of Reorganization and Expansion of Federal Universities (REUNI). Considering the internship as the moment they lives his practical experience of the profession, space locus for joint training and professional practice of mediation and construction of knowledge, theoretical, methodological and technical-operative ethical-political profession. In this direction, we sought to substantiate the study in question recover contextualization, repercussions of the current conditions of supervised stage in professional training, coupled with the socio-historical discussion of the reform of higher education, curricular guidelines, National Political Stage –NPS, and legislation / resolutions governing the stage. Among the research results, following stand out: a) implication of formative dimensions of the profession and interventional b) process quality traineeships c) transportation difficulties for trainees d) absence of supervision jointly e) process of precarious working conditions of supervisors spaces socio-occupational, f) the condition of trainees workers g) obstacles and dilemmas in the operationalization of the intervention project h) conflictual relations between students and academic supervisors x field i) selection process of the training field and not identifying with the area. Finally, we can infer that these results reflect a need to investigate the dilemmas and achievements are intrinsic supervised the actual conditions of precarious labor market.

**Keywords:** Higher Education, Supervised Internship and training.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. CAPÍTULO I- A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SEU CONTRAPONTO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. ....	15
2.1 A reforma do ensino superior brasileiro em debate: os desafios enfrentados pelo Serviço Social mediante a materialização dos princípios neoliberais na Educação superior. ....	15
2.2 Alguns apontamentos sobre a reforma do ensino superior no Brasil .....	17
2.3 O ensino superior e o processo de formação profissional do assistente social.....	28
3. CAPÍTULO - II ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÃO ACERCA DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DA PNE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....	33
3.1- As Diretrizes Curriculares do Serviço Social: e as implicações para sua materialização na contemporaneidade.....	33
3.2 - As modificações nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, pela Conselho Nacional de Educação - CNE.....	40
3.3 O Estágio Supervisionado em Serviço Social: os desafios enfrentados no processo de formação profissional. ....	44
4 CAPÍTULO- III Implicação entre o processo formativo e interventivo do Serviço Social: a realidade do Estágio Supervisionado no curso de Serviço Social da UFRB.....	54
4.1 A realidade do Estágio Supervisionado no curso de Serviço Social da UFRB: Conquistas e desafios para a formação profissional. ....	54
4.2 Perfil dos discentes pesquisados .....	57
4.2.2 Local de origem dos discentes.....	61
4.2.3 Local onde residem os discentes .....	62
4.2.4 Inserção no campo de estágio .....	63
4.2.5 Local de realização do estágio.....	63
4.2.6 Sobre o estágio: remuneração, natureza da instituição e área de atuação. ....	64
4.2.7 Mudança de campo no decorrer do estágio .....	66
4.2.8 Realização do estágio na área desejada .....	67
4.3 Visão sobre o estágio.....	70
4.4 Avaliação do aprendizado acerca dos fundamentos teórico – metodológico, ético – político e técnico - operativo para subsidiar o estagio.....	71



4.5 - A relação teoria e prática.....	75
5. Considerações finais.....	77
REFERÊNCIAS .....	78

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a refletir, a partir do Estágio Curricular Obrigatório, o processo de formação profissional da primeira turma do curso em Serviço Social da UFRB. A opção por esse recorte deu-se em virtude de compreender as conquistas e os dilemas provenientes da implementação do primeiro curso público de Serviço Social no Estado da Bahia, em Cachoeira no Recôncavo Baiano, visando situar as dificuldades e diversidade próprias do contexto de expansão e interiorização do ensino superior das universidades públicas no bojo do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em face dessas considerações, o presente estudo situa o processo de formação profissional com objetivo de analisar o Estágio Curricular, considerado uma dimensão do ensino superior que faz parte de diferentes áreas do conhecimento, no Serviço Social o mesmo está presente desde os primeiros cursos<sup>1</sup>, o caracteriza sua importância para o processo formativo. O estágio sempre teve papel fundamental na aprendizagem da dinâmica da realidade, considerado o espaço do ensino da prática, é o momento de articulação entre os conhecimentos apreendidos ao longo do curso, e o ao fazer profissional. Sendo um fator importantíssimo<sup>2</sup>, para o processo de formação profissional.

O estágio reflete o contexto histórico, e por isso é importante entender em quais situações ele se efetiva, com objetivo de perceber o momento que vive a própria profissão, pois, o estágio vem mostrar a realidade profissional do assistente social nos diversos espaços – ocupacionais.

O contexto atual marcado pela contra-reforma do ensino superior, mediante a mercantilização da formação acadêmica tem promovido várias implicações para o processo de Formação profissional, especificamente para o estágio curricular, a estrutura da educação superior no Brasil, vem ao longo do tempo sofrendo grandes transformações, inclusive, no que tange a parceria entre Educação e a Economia. A busca do lucro econômico, em detrimento do conhecimento que emancipa, constrói e provoca um novo pensar crítico para a sociedade.

---

<sup>1</sup> Importante frisar que os primeiros cursos de Serviço Social são da década de 1930, o primeiro data de 1936 na escola de São Paulo e o segundo no Rio de Janeiro. Sobre as escolas e os objetivos da profissão nessa época ver Miguel, (1980).

<sup>2</sup> O estágio é um elemento importante para articular a formação profissional e a realidade, o que não significa ser o único nesse processo de desvelamento da realidade.

Essa conjuntura implica no processo formativo e interventivo da profissão, e consequentemente na identidade do profissional,<sup>3</sup> uma realidade que determina condições que tendem a submeter às profissões aos interesses do mercado de trabalho. Essa realidade atinge em cheio o processo de formação profissional do assistente social, afetando o seu processo de ensino (universidade), e, por conseguinte, o seu exercício profissional, ocasionando assim nas diversas faces da precarização que se apresentam no cotidiano de trabalho desse profissional. Mediante esse contexto, o Estágio supervisionado não fica fora dos rebatimentos do mercado de trabalho, o campo de estágio é o retrato da precarização, e subserviência do próprio Serviço Social, que se ver comercializado pelas necessidades e interesses do capital.

A preocupação com os caminhos do Estágio é um discussão que faz parte, do amadurecimento do debate profissional pelas entidades do Serviço Social, e o resultado desse debate determinou o surgimento de vários encaminhamentos, resoluções e a construção da Política Nacional de Estágio (PNE). Além da Diretriz Curricular (1996) que dar toda fundamentação teórica e prática para a orientação da Formação profissional.

Nacionalmente, o CFESS homologou a resolução nº 533, datada de 29 de setembro de 2008, regulamentando a supervisão direta de estágio em Serviço Social; as comissões de fiscalização do CRESS vêm, se ocupando de conhecer e, por vez, denunciar as condições nas quais o estágio e a supervisão se realiza. (RIBEIRO, p 85,2009).

Já a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social-ENESSO, trabalharam juntos na construção de uma política de estágio que defende o momento e o espaço do estágio, e consequentemente, a formação profissional do assistente social.

A problemática central do estudo gira em torno do pensar a formação profissional, analisando, qual o papel que o Estágio teve para o processo de formação dos discentes, e se de fato ele funcionou como um essencial lócus de formação teórica e prática, que se encontram e se complementam nesse, extraordinário momento de aprendizado e conhecimento.

Nessa direção, buscou-se para fundamentar o estudo em questão recuperar a contextualização dos rebatimentos das atuais condições do estágio supervisionado na formação profissional, aliado ao debate sócio-histórico da reforma do ensino superior, das diretrizes curriculares, Política Nacional de Estágio- PNE e as legislações/resoluções que regem o estágio.

---

<sup>3</sup> Sobre “Identidade profissional” ver Martinelli(2007).

Em termos metodológicos, a pesquisa de cunho qualitativa- quantitativa, partiu das experiências, significados, sentimentos, percepções e subjetividade dos sujeitos objeto de estudo. Tendo em vista que o interesse do estudo era dar conta da apreensão e compreensão do processo de formação profissional, partindo das experiências e, relações humanas vivenciadas pelos discentes no campo de Estágio Curricular, esse universo de significados, sentimentos e subjetividade dos sujeitos, foram analisados mediante pesquisa qualitativa, tendo em vista que essa realidade não poderia ser de viés quantitativo. O que não significa que a pesquisa quantitativa se opõe à qualitativa, de acordo com Minayo (1993), a diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa, é que, enquanto a quantitativa visa apreender os fenômenos de forma visível e matemático, a qualitativa trabalha no campo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Esse conjunto de dados qualitativos e quantitativos, porem, como já foi supracitado não se opõe, ao contrário, se completam, pois, a realidade abrangida por eles interagem dinamicamente, excluindo assim, qualquer que seja a dicotomia.

E esse ponto, é importante, já que, estamos trabalhando com a subjetividade dos discentes, concepções acerca de uma experiência única, a partir da compreensão e apreensão do cotidiano de trabalho do assistente social, criando assim condições para que o estudante construa suas características profissionais.

Ademais, temos a realização de questionários semi- estruturados. Os questionários foram aplicados presencialmente, face a face, e por e-mail, definidos, de acordo com Gil (1999) como sendo a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevados de questões, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, situações vivenciadas dentre outros, podendo ser questionário auto- aplicados, ou formulado oralmente pelo pesquisador, ou ainda, questionários aplicados com entrevistas ou formulários. Essa técnica de investigação foi de suma importância para apreender a totalidade da turma acerca do debate sobre Estágio Curricular.

Anteriormente foi pensado na utilização de entrevistas que seriam aplicadas a trinta por cento dos pesquisados, com o objetivo de colher informações mais precisas sobre o tema em questão: **Tema: *Conquistas e dilemas no processo de formação profissional da primeira turma de serviço social da UFRB: em questão o estágio supervisionado.*** No entanto a aplicação de questionários tornou possível a apreensão de elementos importantes para o debate -. Cabe considerar que do universo da pesquisa, optou-se em adotar uma metodologia que desse conta de extrair as experiências da totalidade da turma, de forma que todos fossem

devidamente questionados. O universo da pesquisa foi constituído –pelos discentes da primeira turma, totalizando os 39 discentes. Em relação a amostragem, optou-se pela utilização da probabilística intencional. O estudo sobre as experiências do Estágio Supervisionado, só poderia ser realizado com a primeira turma concluinte, tendo em vista que a turma 2008 – 2012 foi a única a passar pela experiência de estágio curricular.

Além de termos a primeira turma a passar pela experiência de Estágio Supervisionado obrigatório, o que nos dar uma dimensão das diversas representações que, o Estágio Supervisionado teve no processo de formação profissional desses estudantes, e assim, pesar as implicações que podem perpassar os próximos estágios.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa relevante para refletir criticamente sobre o, processo de ensino - aprendizagem que perpassa a formação profissional, partindo assim, da experiência do Estágio Supervisionado.

O estudo foi estruturado em três capítulos, além desta introdução e considerações finais. Nesse sentido, o capítulo I “A reforma do Ensino Superior brasileiro e seu contraponto na formação profissional do assistente social” discorreu-se sobre a contextualização das reformas do “Estado” e do “ensino superior”, apreendendo as determinações que marcaram o ensino superior no Brasil e seus rebatimentos para o processo de formação profissional do assistente social.

No segundo capítulo intitulado de “Estágio Supervisionado na formação profissional: reflexão acerca das diretrizes curriculares e da PNE no curso de serviço social,” busca-se resgatar a PNE e as Diretrizes Curriculares pensadas como estratégia para materialização da formação profissional na atualidade, isto é, as disciplinas e os componentes curriculares não são isentos de uma compreensão histórica de educação, logo, sua construção e consolidação está intrinsecamente ligada ao futuro da formação superior em Serviço Social, constituindo assim, elementos essenciais de discussão para a consolidação do projeto ético -político do Serviço Social.

Por fim, no terceiro capítulo, inicialmente, realizou-se a categorização e sistematização das respostas obtidas pelos questionários, considerados relevantes para o aprofundamento da discussão teórica, e em seguida, concretizou-se a análise teórica dos principais aspectos que caracterizou o processo de formação profissional dos discentes mediante a experiência de Estágio supervisionado.

Outro ponto importante a ser considerado no processo de pesquisa é, identificar os obstáculos que poderiam ter dificultado a pesquisa, e o maior deles, de antemão foi o cuidado

do pesquisador em relação a problemática, já que o pesquisador faz parte do grupo dos 39 discente de Serviço Social, concluindo a etapa monográfica e com grande inquietação sobre sua própria experiência de estágio curricular. A esse respeito, adverte Neto (1993), que o pesquisador, muitas vezes, entra em campo considerando que tudo que vai encontrar serve para confirmar o que ele considera já saber, ao invés de compreender o campo como possibilidade de novas revelações.

Deste modo o estudo tem por objetivo indagar as questões relevantes no que tange os desafios vivenciados pelos discentes no Estágio Supervisionado e sob essa perspectiva a dinâmica do estudo foi procedida por um rigoroso trabalho de análise e interpretação dos dados coletados, a partir de uma cuidadosa fundamentação teórica e metodológica, tendo sempre em vista que o cuidado teórico do primeiro estudo feito irá, sem dúvida, contribuir para orientar/subsidiar as demais pesquisas sobre o mesmo tema.

## **2. CAPÍTULO I- A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SEU CONTRAPONTO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.**

### **2.1 A reforma do ensino superior brasileiro em debate: os desafios enfrentados pelo Serviço Social mediante a materialização dos princípios neoliberais na Educação superior.**

Para compreender o contraponto na formação profissional no momento atual, faz - necessário traçar alguns aspectos relevantes da Reforma do Ensino Superior brasileiro, a partir do contexto sócio-histórico, na perspectiva de situar as suas reais implicações para o projeto de curso de Serviço Social, e conseqüentemente, a realização do estágio supervisionado.

A reforma do Estado que se processou de acordo com Netto (2004), no final da década de 1970 inicia – se mediante o desgaste da base social da ditadura em 1964, ao longo da década o que se verificou foi o crescimento das demandas da classe trabalhadora e das aspirações dos movimentos sociais pela redemocratização da sociedade brasileira. Dessa forma, chegamos ao final da década de 1980 com um ordenamento jurídico – político substancialmente democrático.

A Constituição Federal de 1988 marca a vida jurídica e política da sociedade brasileira e traz consigo princípios importantíssimos para a redemocratização do Brasil, pós-ditadura. No entanto a política de governo que estava por vir não iria, implementar e efetivar as inúmeras conquistas democráticas vigentes na carta magna.

Versar sobre os dilemas e desafios da *formação profissional* do Serviço Social na atualidade, adquire grande relevância para pensar as indagações que movem as reflexões em torno do Estágio Supervisionado, tendo em vista as transformações societárias que impulsionaram as mudanças no mundo do trabalho, “condições que peculiarizam o trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2004,p.10). E especificamente, as alterações que essas transformações imprimiram no âmbito da Educação superior brasileira. Partindo assim, das inúmeras implicações que atinge o processo de formação profissional do assistente social, é importante situar a discussão teórica e critica que vem sendo debatida pela categoria profissional na defesa da sua formação profissional de qualidade.

Antes de situar a discussão sobre a reforma do ensino superior brasileiro, é necessário tecer algumas reflexões em torno do conceito de Educação. Diante disso temos a compreensão da Educação como “atividade humana e histórica que se define no conjunto das

relações sociais, no embate dos grupos ou das classes sociais, sendo ela mesma, forma específica de relação social” (FRIGOTTO,1999,p.30).

Então, podemos compreender a educação como uma determinação histórica que implica na construção e reprodução de valores do ser social inserida na sociedade, o que corrobora com Mézaros (2005, p.9), que “[...] educar é regatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias”. Deste modo, o ser humano se distingue dos outros animais pela sua objetivação consciente, de forma que:

O homem se sabe inacabado e por isso se educa(...) o homem pode refletir sobre si mesmo( ...) e como pode fazer essa auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação (FREIRE, 1987,p.27).

A Educação tem uma importante e específica função social, devendo estar sempre comprometida com a emancipação democrática da população, partindo sempre de uma construção ideológica de sociedade justa que se preocupa com a efetivação dos direitos sociais e humanos de seus cidadãos. Ocorre que, a questão da Educação e da sua função na sociedade vem se manifestando de forma conflitante, isso, quando se é possível refletir de forma crítica sobre os caminhos que foram trilhados para a educação no país.

Nos últimos anos os avanços da ideologia neoliberal <sup>4</sup>no Brasil têm afetado inúmeras profissões, tanto no processo de formação profissional, quanto no seu exercício. O atual contexto sócio – histórico contemporâneo fomentou em larga escala uma nova diretriz econômica e ideológica, que vem transformando amplamente a cena em âmbito mundial: transformações na economia, na política, cultura e na esfera social foram implementadas pelo capital com o objetivo de reverter a queda da taxa de lucros, e assim construir novas formas de exploração do trabalho: privatização; flexibilização; precarização e desemprego; concentração do poder político, (des) regulamentação das lutas e conquistas promovidas pela classe trabalhadora, dentre outras. Essa ofensiva do capital sobre o trabalho, são particularidades que marcam e individualiza o neoliberalismo como a nova forma de se conceber a sociedade do lucro.

---

<sup>4</sup> Sobre a ideologia neoliberal no Brasil, ver Brasil em contra – reforma, Behring(2003), na análise do capitalismo contemporâneo e sua relação com o Estado, a economia brasileira nos anos 80 e a contra –reforma do estado iniciada por FHC, um exame sobre a flexibilização nas relações de trabalho, as privatizações e a relação com o capital estrangeiro, além da perda de direitos conquistados ao longo do tempo, como o caso da perda de financiamento com a seguridade social mediante ajuste fiscal.



Essa onda também atingiu largamente a estrutura da educação superior no Brasil, mediante mudanças advindas da LDB/ 1996<sup>5</sup>, colocando a Economia e a Educação como parceiras na busca do lucro econômico, em detrimento do conhecimento que emancipa, constrói e -provoca um novo pensar crítico para a sociedade.

Nessa perspectiva a universidade tem sofrido rebatimentos por conta do processo de mercantilização do ensino superior, submetendo o ensino- aprendizagem a serviço das necessidades do mercado, de forma que o ensino acaba se transformando em um mera mercadoria. O Serviço Social é um dos cursos que teve grande crescimento de ofertas, o que tem sido objeto de discussão nas varias instancias do Serviço Social, sendo questionado a qualidade desses cursos, tendo como fundamento as *Diretrizes Curriculares* da ABEPSS de 1996. Outro ponto importante nessa discussão sobre formação está ligada ao estágio, o qual possuem requisitos importantes para sua realização, e conseqüentemente para o processo de formação profissional. Diante dessas considerações iniciais sobre a temática, busca-se aprofundar tal problemática, tecendo alguns apontamentos sobre a Reforma do Ensino Superior no Brasil.

## **2.2 Alguns apontamentos sobre a reforma do ensino superior no Brasil**

As novas aspirações do capital violaram conquistas importantes promovidas ao longo do tempo pela classe trabalhadora. As conquistas e inquietações concretizadas ao longo do tempo, em pauta: os direitos sociais, direitos humanos, trabalhistas e sindicais, foram dizimados para dar lugar a um novo ordenamento político e econômico, que tinha como preocupação priori reverter a queda das taxas de lucros e renovar a exploração de trabalho, mediante a adequação das novas formas de tecnologias. A educação advinda principalmente da universidade é transformada em meios promissores para obtenção de lucros e desenvolvimento dos bens e serviços do capital.

Boschetti (2000), sinaliza algumas orientações acerca da universidade no bojo da reforma do ensino superior, sinaliza.

[...] a *educação como mercadoria*, em detrimento de sua garantia como direito social(...) além do claro estímulo ao crescimento do ensino privado, em

---

<sup>5</sup> Segundo Iamamoto(2000) o processo de regulamentação da LDB trouxe um conjunto de medidas governamentais que mudaram a estrutura da educação superior brasileira, o período de FHC operou mudanças que merecem destaques, a saber: a construção de cursos seqüenciais, regulamentação do ensino a distancia, autonomia universitária e mestrados profissionalizantes além os processos de avaliação- .

detrimento do ensino publico; *estimula as formações específicas em detrimento das formações generalistas*, os cursos sequenciais são de formação específica são o melhor exemplo; *prioriza a quantidade em detrimento da qualidade*, ao aumentar o número sem correspondente garantia das condições materiais e humanas nas universidades; *estimula o processos avaliativos como mecanismos de competitividade*, entre instituições, entre cursos e entre pares, como exemplificam o provão, os critérios quantitativos de produtividade na graduação e pós-graduação(...) entre outros.(p,94),(**Grifo nosso**).

Essa nova ordem econômica e ideológica da Educação, de acordo com Netto (2004) decorre de dois objetivos: o primeiro objetivo é de natureza ideológica, quando transforma as instituições nacionais em organizações, ou seja, o primeiro braço dessa reforma do Estado está, portanto, centrado na lógica gerencial, a total transformação de instituição<sup>6</sup> para organização. O Segundo objetivo é a liquidação do público, num país em que o público sempre esteve vinculado ao protagonismo do Estado.

A educação no Brasil sofreu grandes mudanças, mediante o processo de redemocratização, Segundo Netto (2004), a reforma do Estado brasileiro era absolutamente inquestionável, já que, o Estado herdado da ditadura era um Estado imprestável no marco da Constituição de 1988. No entanto, o maior problema está na direção que se promove essa reforma, pois a construção dessa democratização foi pautada pela consolidação ideológica do capital.

O Brasil é desde 1986 o receptor privilegiado dos financiamentos do Banco Mundial para o ensino superior na América latina, acompanhando a Nigéria na África, a China e Indonésia na Ásia ocidental e a Hungria na Europa. Dessa forma, a educação brasileira não fica fora dessas mudanças, e, conseqüentemente, está respalda-se no arcabouço legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-(LDB). Em relação ao ensino superior, esse desenho que esta na LDB demonstra a explícita incorporação da lógica capitalista da relação custo - benefício. (NETTO, 2004; IAMAMOTO, 2004). Em pauta a lógica do mercado, que funciona pelo: favorecimento da expansão do privatismo; a liquidação da relação ensino-pesquisa – extensão; o desaparecimento do caráter universalista; a subordinação das demandas do mercado; supressão da autonomia docente; diminuição do grau de autonomia, agora pensada apenas como autonomia financeira, além da subordinação dos objetivos universitários as demandas do mercado.

Aliado a esse processo, os ditames da financeirização da economia em um contexto de mundialização do capital, estimula a revolução científica de bases microeletrônica a partir dos

---

<sup>6</sup>Há Diferença entre instituição e organização. Ver Frigotto (2011) na relação entre instituição pública e organização privada.

avanços nos campos da, informática, física, química e microbiologia, dentre outros. A ciência e a tecnologia se tornam forças produtivas, e as descobertas científicas e o seu emprego na produção são considerados meios lucrativos para o mercado. Essa nova perspectiva do empresariado submete a estrutura e os recursos da universidade aos interesses do mercado, ciência e conhecimentos vendidos e subservientes ao capital, a ideologia agora é lucrar.

É dentro dessa lógica, tal prospecção também, é revelado por Iamamoto (2004) ao situar a análise sobre as universidades latino americana e os financiamentos efetuados pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial ( BIRD)<sup>7</sup>, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destacando que tal cenário é altamente desfavorável já que, esses organismos aliados ao Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>8</sup>, centralizam em âmbito mundial as mais importantes decisões econômicas, políticas e jurídicas, integrando assim um núcleo que traça as diretrizes políticas para os Estados Nacionais, processo, então legitimado por parte dos governos que participam das propostas, e ou referendam.

Segundo Lewgoy (2009), a universidade concebida como entidade administrativa, regida por contratos e gestões, avaliadas por índice de produtividade, calculada para ser flexível e estruturada por programas e estratégias de eficácia organizacional, sendo definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e a formação intelectual, não irá questionar sua existência, tampouco, sua função social.

Sob essa perspectiva é importante observar que a função da universidade, é sim, social de emancipação dos seus sujeitos e da sociedade como todo, e jamais mercadológica.

Chaui(2003) apud Frigotto (2011) afirma que:

[...] a partir da década de 1990, houve o deslocamento da Universidade concebida como instituição pública ligada ao Estado republicano para o de organização social vinculada ao mercado. Uma Universidade operacional,

---

<sup>7</sup>Segundo Ribeiro ( 2009), O BIRD foi criado em 1944, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de ajudar as pessoas e países mais pobres. Ele “proporciona empréstimos e assistência para o desenvolvimento a países de rendas médias com bons antecedentes de crédito. O poder de voto de cada país-membro está vinculado às suas subscrições de capital, que por sua vez estão baseadas no poder econômico relativo de cada país. O BIRD levanta grande parte dos seus fundos através da venda de títulos nos mercados internacionais de capital (disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>; acesso em 14 de out (2005).

<sup>8</sup> Segundo Ribeiro ( 2009), O Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1945, é um organismo internacional de controle financeiro que “tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional, notadamente através da promoção da cooperação e da consulta em assuntos monetários entre os seus 181 países membros. Juntamente com o BIRD, o FMI emergiu das Conferências de Bretton Woods como um dos pilares da ordem econômica internacional do pós-Guerra. O FMI objetiva evitar que desequilíbrios nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais dos países membros possam prejudicar a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais” (disponível em <<http://pt.wikimedia.org/wiki/FMI> acesso em 14 de out. 2005).

avaliada não mais em razão de sua função social e cultural de caráter universal, mas da particularidade das demandas do mercado. (p. 247).

O que se percebe, é que, as novas diretrizes se fundamentam na grande expansão da educação superior via setor privado. Nessa direção, as grandes mudanças que o governo brasileiro promoveu ao longo das duas últimas décadas, inclusive no que tange a reforma do ensino superior, se torna importante para compreender os impactos que essas mudanças provocaram na formação acadêmica e no mercado de trabalho. A complexidade das novas configurações nas relações de trabalho vem operando na precarização e exploração da força de trabalho. Assim sendo, o ensino acadêmico cada vez mais direcionado para o mercado, para o aprendizado do lucro, e as diversas formas de precarização e exploração, entendidas como plano de carreira.

Chaui (1999) apud Yamamoto (2004), ao expor o quadro do capitalismo contemporâneo, apresenta questões que marcam o contexto sócio- histórico, a saber: a privatização das empresas e dos serviços públicos, e disso conclui que, o resultado da ideia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis e políticos tende a desaparecer, porque o que era direito se transforma em, serviços privados regulados pelo mercado e, portanto, em mercadorias a que tem acesso, apenas, os que tem poder aquisitivo para adquiri-los.

De acordo com Lewgoy(2009), no governo de Fernando Henrique Cardoso iniciaram – se as reformas educacionais, situadas dentro de uma mudança mais ampla consubstanciada na reforma do Estado. A reforma da educação previa a focalização dos gastos públicos com educação no ensino médio e fundamental, deixando o ensino superior ao encargo das instituições privadas. Ao final do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995, a reforma do Estado foi encaminhada e efetivada, apresentando novos programas, aliás, pacotes que incluía:

{...} privatizações, terceirização, implementação de parcerias com organismos da sociedade civil, expansão do terceiro setor e do voluntariado, (des)regulamentação e (des)responsabilização do Estado e outras medidas, cujo objetivo era ocultar os interesses das grandes potências e encaminhar o país em direção ao fortalecimento do Estado mínimo, conforme o ideário neoliberal ( RIBEIRO, 2008, p, 44).

Ainda sobre, as transformações e tendências do ensino superior no Brasil, Boschetti(2004) afirma que, os dados do censo do ensino superior divulgado pelo INEP no final de 2003, revelam um crescimento acelerado desse nível de ensino no Brasil, essa tendência abrange o segundo mandato do governo FHC (entre 1998-2003) e início do governo

Lula. Um momento de grande expansão dos cursos presenciais de graduação, crescimento nunca visto no país.

O crescimento foi de 107% dos cursos de graduação, em 1998 existiam 6.950 cursos, em 2003 já totalizavam 15.006 cursos de graduação, nesse período, foram criados em média, 1.490 cursos por ano, 124 por mês e 4 cursos a cada dia. Num país onde apenas 9% da população entre 18 a 24 anos tem acesso ao ensino superior. Esse crescimento seria uma excelente medida de inclusão e ampliação do ensino superior no país, mas o problema é que a aceleração desse processo está altamente vinculado aos interesses da política neoliberal, seu caráter forçado e orientado por uma política claramente neoliberal que prioriza o ensino privado e não a expansão do ensino público. Tendo como objetivo o lucro e não mais o compromisso pela qualidade do ensino superior (BOSCHETTI, 2004, p 01.)

Dados mais recentes, de acordo com números do Inep (2010)<sup>9</sup>, garante que o número de instituições públicas cresceu 3,8%, no período de 2008 – 2009, enquanto o número de instituições privadas de ensino superior teve um crescimento de 2,6%. No entanto as IES privadas correspondem a 89,4% das instituições privadas de ensino superior no país.

O Brasil possui 2.316 instituições de ensino superior. Destas temos que 188 (8,0%) são universidades, 127 (5,5%) são centros universitários; espantosamente, em se tratando de uma política que deve articular o ensino, a pesquisa e a extensão, temos um universo de 1.966 (85%) faculdades isoladas. Além do investimento na criação de institutos federais e Cefets, com 35 unidades (...) As universidades (pelo nível de exigências de investimentos e propósitos) ainda têm forte presença do setor público, com 102 unidades. O governo federal é responsável por 58 (30,85%) unidades, 37 são estaduais, e sete são municipais. Entretanto, o setor privado já corresponde a 40% das universidades, com 86 unidades. Pode-se afirmar com esses números que apesar da criação de novas universidades públicas no último período de governo, essa situação não modificou a concepção histórica, privatizante, das políticas de educação no país e, muito menos, a concepção reduzida de ensino superior, infringindo a este apenas o caráter de ensino. E tampouco supriu o déficit histórico do ensino superior público no país. Percebe-se isso quando constatado que somente 8% do ensino superior no Brasil está constituído por universidades (188), contra um grande contingente de faculdades (1.996). Esse dado é bastante relevante, tendo em vista que uma universidade se caracteriza pela obrigatoriedade, por lei (art. 207, *caput*, da Constituição Federal de 1988)— mesmo que não cumprida — de garantir o tripé ensino, pesquisa e extensão. ( ABEPSS/ CFESS, 2011, p. 788-789).

O elemento basilar da Educação superior é proposto pelo ANDES-SN (2004), e está no estabelecimento do poder normativo e fiscalizador do Estado, de um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira, que elimine assim, as distorções e o autoritarismo, e assegure uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora conforme as aspirações da sociedade brasileira.

---

<sup>9</sup> Site do INEP/2010.

Este padrão unitário de qualidade, (...) longe de pretender eliminar as diferenciações mais do que naturais e positivas entre as diversas universidades, ditadas por especificidades locais ou regionais, por opções político-acadêmicas diferenciadas ou por razões históricas, pretende elevar o nível do ensino superior no país; A adoção de um padrão unitário de qualidade visa a corrigir uma situação em que prolifera o ensino de má qualidade em estabelecimentos que não oferecem a professores e alunos as condições mínimas para um trabalho acadêmico de qualidade. Visa também a transformar as universidades brasileiras (...) que reúnem algumas condições mínimas de funcionamento, mas que se inviabilizam como instituição de produção do conhecimento científico devido, (...) à insuficiência de recursos, à ausência de estímulo intelectual por parte dos órgãos de fomento (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, etc.), dos governos federal e estaduais e das administrações superiores locais (...); O padrão unitário de qualidade da universidade brasileira como meta a ser alcançada não significa a busca da homogeneização das instituições. A diversidade necessária para se atender às diferentes demandas sociais deve ser respeitada. Trata-se da elevação geral do padrão de qualidade das universidades de maneira, inclusive, a contribuir para a superação das diferenças regionais do desenvolvimento econômico e social. É um princípio que se contrapõe à concepção de um padrão de qualidade desigual para o ensino superior que admite (...) “centros de excelência”, dedicados à transmissão e à produção do conhecimento, formadores das elites, e “instituições periféricas” que se ocupam apenas da reprodução do conhecimento destinado à profissionalização das classes menos favorecidas. (ANDES/SN, 2004, p. 33-34).

A importância em compreender as reformas ocorridas na dimensão do Estado brasileiro ao longo das duas décadas, especificamente a reforma do ensino superior, aponta para a proposição de um novo pensar a respeito dos impactos causados sobre a formação profissional, mediante as reflexões das novas configurações que vem operando tanto na formação profissional.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo trazendo uma nova e promissora ideologia de campanha, acaba por manter e aperfeiçoar a prática neoliberal, construída inicialmente no Governo Collor<sup>10</sup> e consolidada no governo de FHC.

Borges (2006)<sup>11</sup> *apud* Ribeiro (2008) garante que apesar da prática reiterativa da Era Cardoso, assumida por Lula, há um diferencial em relação a seu antecessor, quanto o

---

<sup>10</sup> No governo Collor de Melo, as medidas de reforma começam pelo incentivo a privatização de empresas estatais, cortes de gastos públicos, abertura do mercado interno, e reforma na educação, mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que a educação sofreu mudanças profundas nos níveis, fundamental e médio e superior

<sup>11</sup> A minuciosa pesquisa confirma que estas ações, que atingiram 21,4% da população do país, estão de fato chegando às pessoas mais necessitadas Segundo Eduardo Nunes, presidente do IBGE, “elas já beneficiaram 91% dos domicílios com rendimento inferior a um salário mínimo”. Em 2004, estes programas bateram o recorde histórico ao contemplar 50,3% das “famílias miseráveis. [...] A evolução das ações sociais do governo Lula é significativa e consistente. Somente com o Bolsa Família, o governo beneficiou 3,6 milhões de domicílios em 2003, 6,5 milhões em 2004 e 8,7 milhões em 2005. A meta é atingir 11,2 milhões de famílias em 2006. Os recursos públicos investidos neste programa saltaram de R\$ 3,4 bilhões em 2003 para R\$ 6,5 bilhões em 2005 – na mais volumosa transferência de recursos da América Latina” (BORGES, 2006).

redimensionamento da ação do Estado na área social. Foi garantido no governo Lula um novo padrão de intervenção, pois houve sim, um avanço no direcionamento de recursos e investimentos, o que possibilitou a criação de novos programas sociais e a reativação de programas suspensos e extintos em governos anteriores. Segundo resultado do estudo realizado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2004, foram beneficiados pelos programas sociais de transferência de renda do governo cerca de 39 milhões de brasileiros.

No ano 2000, temos uma nova configuração de governo, o Partido dos Trabalhadores assume, em 2002, o poder na figura do presidente Luís Inácio Lula da Silva. E já nos primeiros anos de governo é promovida as articulações na área educacional, no qual o ensino superior, ou melhor dizendo as universidades se constituíam em prioridades na ação governamental. De acordo com Ferreira (2009, p.187), “o governo Lula recebeu do governo anterior desafios que se constituem na necessidade urgente da tomada de decisão e opção para assegurar a consolidação democrática do sistema universitário”. Entretanto, é perceptível as contradições do seu governo, no que se refere a efetivação da reforma universitária, e consequentemente, do REUNI, o qual será problematizado posteriormente.

A reforma da universidade se tornou um dos principais objetivos da primeira gestão, tendo como arcabouço legal o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)<sup>12</sup> que foi encarregado de analisar a situação da Educação superior brasileira e propor um plano de atividades com vistas a iniciar um processo de reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

O debate sobre a reforma da universidade se intensifica no ano de 2004, conforme acentua Almeida Filho (2008): “na época, ocorreram intensos debates entre dirigentes da rede federal de educação superior, que culminou com um documento intitulado Proposta da ANDIFES<sup>13</sup> para a reestruturação da educação superior no Brasil” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 174). Este documento dirigia mudanças nas graduações e pós-graduações que proporcionassem uma formação cidadã de qualidade e, de outro modo, assinalava para a revisão dos currículos e projetos acadêmicos dos diferentes cursos.

---

<sup>12</sup>Em sua composição o GTI contava com a participação de diversos ministérios e órgãos do governo: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda, dentre outros (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

<sup>13</sup>Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Em agosto de 2006 o Governo Federal apresentou à Casa Civil o Projeto de Lei da Reforma do Ensino Superior (PL 7.200/2006):

Vários temas nele incluídos, tecnicamente, configuram mais uma proposta de reestruturação administrativa de IES e do marco jurídico do MEC. Entre eles, destacam-se: ente jurídico especial chamado “universidade”; estrutura institucional garantindo a primazia do âmbito acadêmico; marco regulatório, em especial para o setor privado; sistema de financiamento, com a subvinculação das verbas de custeio das universidades federais (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 186).

De acordo com Santos e Almeida Filho (2008), a proposta de reforma do ensino superior encaminhada pelo governo não tinha clara as diretrizes de seu processo e não privilegiava a instituição pública como lócus central da reforma. O documento apresentado pelo governo apesar de avançar nas propostas de reforma, não trazia elementos importantes como a “[...] efetiva integração entre Graduação e Pós-Graduação, clareza nas regras de controle da qualidade acadêmica, autonomia administrativa e financeira, estrutura de títulos e currículos (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.186)”.

As discussões em torno da reforma da universidade, encaminhou em 2007, por meio do Decreto Presidencial nº. 6.096, o REUNI<sup>14</sup>, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras. O Programa foi lançado pelo Ministério da Educação e faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, tendo como objetivo:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (Ministério da Educação, 2007).

O REUNI possui vários objetivos, dentre eles: a expansão de matrículas, em particular em cursos noturnos; a articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; a revisão da estrutura acadêmica; a articulação entre a graduação e a pós-graduação; os programas de inclusão social e assistência estudantil (MEC, 2007).

Dentre as dimensões fundamentais o REUNI promulga de: Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Mobilidade Intra e Inter-Institucional; Compromisso Social da Instituição; Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação (MEC, 2007).

---

<sup>14</sup>Para melhor compreensão ver: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Desenvolvimento da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais. Agosto de 2007.



Cabe considerar que a instituição do REUNI ampliou significativamente o número de vagas nas universidades federais. Em consonância com sua regulamentação, uma das metas do programa estabelece que, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, ocupem vagas no ensino superior até o final da década, o que aponta o *acesso* como uma das prioridades do programa. Salienta-se ainda preocupação com a abertura do ensino superior, no que diz respeito a possibilidade de acesso das camadas populares as instituições universitárias. Como ilustra o documento:

A oferta de uma formação para a cidadania exige diversidade nos quadros acadêmicos. São, por conseguinte, desejáveis processos seletivos que evitem a busca de conhecimento memorizado. Eles deverão ser estruturados de forma a não discriminar estudantes das camadas menos favorecidas da população ou egressos de escolas públicas. Caso necessário, mecanismos efetivos de ação afirmativa poderão ser utilizados para garantir o acesso equânime da população (MEC, 2007).

Contudo, o acesso vem acompanhado da grande necessidade de implantação de políticas estudantis<sup>15</sup> direcionadas a população de baixo poder econômico.

A ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições sócio-econômicas desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (MEC, 2007).

Diante do exposto, notar-se que muitas foram as transformações no seio da Universidade, mudanças significativas na estrutura, no acesso e perfil dos ocupantes das novas vagas.

Em relação ao ano de 2007, as universidades federais aumentaram em 49% a oferta de vagas nos cursos de graduação, o que representa 65.306 novas vagas até 2010 nestas instituições. Se considerado o Programa de Expansão para o Interior, que é anterior ao Reuni, são 77.279 novas vagas na rede. O número de cursos aumentou de 2.190 em 2006 para 3.225 em 2010. Em consonância com as diretrizes gerais estabelecidas no projeto do Reuni, destaca-se a expansão dos cursos noturnos, que em 2006 eram 645 e até 2010 somarão 1.129, configurando um crescimento de 75% e das licenciaturas, cujo aumento da oferta chega a 43%, pois eram 767 cursos em 2006 e até este ano serão oferecidos 1.099 (VIEIRA, 2010).

É essencial apresentar os mais recentes programas no bojo da reforma do ensino superior, que vem dando sustentação a essa nova dinâmica educacional, temos, de acordo com Ribeiro( 2008) a então Política Educacional, que destacam-se pelos programas de governo:

---

<sup>15</sup> Dessa demanda surge o Plano Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Motivado a partir de reivindicações por parte de estudantes e instituições, este documento aponta diretrizes para a implantação de ações voltadas a Assistência Estudantil no âmbito das IFES. Cabe aqui pontuar a particularidade da UFRB em direcionar sua proposta nessa direção, mediante esse projeto político.

Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>16</sup> que, por meio de concessão de bolsas, busca a ampliação no número de vagas na educação superior; o já supracitado: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>17</sup> que, pela ampliação de vagas, procuram assegurar a educação superior para todos os segmentos da sociedade; o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES)<sup>18</sup>, uma iniciativa para maior democratização no acesso e permanência dos estudantes na educação superior privada, a quem o programa se destina, pois se trata de um fundo de financiamento; dentre outros programas.

Entretanto, apesar dos avanços políticos na sua concepção, tal política educacional veio acompanhada de inúmeras defesas e críticas, haja vista que mesmo viabilizando de um lado a proposta de ampliação do acesso, possibilidade de permanência instalação de universidades federais no interior do país, a ocorrência de maior número de vagas nas instituições, novos cursos, construção de novos campi, além de maior cobertura da assistência estudantil, do outro lado, a afirmativa de que a política educacional não trouxe o resultado esperado, e a expansão dos planos e programas de governo não apresentaram a qualidade desejada. Conforme afirma o Andes (2004) nas proposições acerca da política educacional brasileira, a saber:

1) “*A educação como bem público*”. Esta concepção, no bojo da reforma superior, oportuniza a defesa da seguinte argumentação: na medida em que as instituições públicas e privadas prestam um serviço público, justifica-se a alocação de verba pública para instituições

---

<sup>16</sup> Ribeiro( 2008) apud ( portal MEC, 2008), O PROUNI foi criado pelo governo federal em 2004, entrando em vigor no início de 2005, e “tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa” (Disponível em:<http://portal.mec.gov.br>)

<sup>17</sup>REUNI, tem como um dos principais objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Por outro lado, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), possui em seu site, publicações, entrevistas, artigos, dentre outros, mostrando sua oposição ao programa.

<sup>18</sup>O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES é um programa do Ministério da Educação-MEC destinado a financiar a graduação, no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. Para candidatar-se ao FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC” (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>).

privadas (Programa Universidade para Todos), diluindo os conceitos de público e privado e retomando a noção de público não-estatal de Bresser Pereira<sup>19</sup>-FHC;

2) “*A justiça social como igualdade de oportunidades*”. Desta forma caberá a cada indivíduo, a partir de suas competências e habilidades, conquistar uma vaga nos cursos pós-médio (seqüenciais, cursos de curta duração) ou nas universidades (ciclo básico ou integralizando o curso de graduação);

3) “*O Estado como supervisor*”. Destaca o papel do Estado na regulação do sistema (elaboração da Lei Orgânica da Educação), sem fazer referência ao financiamento público para a educação pública. Reserva-se ao, já amputado, Estado brasileiro, no âmbito do ensino superior, a ‘supervisão e a regulação’ já que o financiamento do ensino superior público não está entre suas prioridades.

Corroborando com o Andes, é imprescindível pensar a educação superior como direito inscrito na Constituição Federal 1988, um bem comum que deve ser compartilhado a todos mediante igualdade de acesso e permanência, as transformações no âmbito social, cultural e político perpassam por uma educação de qualidade.

Para tanto, as entidades ligadas às instituições de ensino superior, assim como as entidades nacionais, estaduais e municipais ligadas ao Serviço Social têm um papel importante no embate as grandes implicações advindas da reforma do estado e concomitantemente da reforma do ensino superior, fomentando sempre a direção ético-política construída pela história de luta do Serviço Social. Neste contexto sócio-histórico o ensino superior, se torna parte ativa e estrutural da luta contra esse novo ideário político e social.

A compreensão desse novo cenário é mister para se iniciar a defesa pela universidade, gratuita, laica e de qualidade que venha operar democraticamente na vida dos estudantes como meio de desvelamento da totalidade social, de forma crítica e construtiva de uma sociedade em que se processe a emancipação de todos os seus cidadãos.

Nesse contexto, convém frisar a defesa pela formação profissional do Assistente Social tem levado a categoria a propor ferramentas para o enfrentamento da difícil tarefa de consolidar uma formação acadêmica e profissional de qualidade, dentre as várias ferramentas construídas pela categoria, temos a principal delas, que é, a construção das Diretrizes Curriculares<sup>20</sup> de 2006 pela ABEPSS, Como mecanismo de se afirmar os princípios

---

<sup>19</sup> Bresser Pereira dirigiu o plano diretor da reforma de estado do governo de FHC, formulando a disciplina fiscal, a privatização e o liberalização comercial. Intitulado por Behring(2003) de “O projeto social- liberal”.

<sup>20</sup> A discussão sobre as Diretrizes Curriculares será elucidada no Capítulo II.

educacionais e se contrapor aos rebatimentos da reforma universitária em debate, que trás na sua essência fundamentação teoria e pratica para efetivação do processo de formação profissional mediante os novos tempos.

### **2.3 O ensino superior e o processo de formação profissional do assistente social.**

A educação superior se tornou um sonho, para muitos brasileiros as possibilidades crescimento econômico e social, e a inserção no mercado de trabalho é ideologicamente perpassados pela educação superior. No entanto, é necessário apreender a totalidade que está por trás desse imaginário social no presente contexto.

O CFESS/ABEPSS (2011), afirma que se tratando do acesso ao ensino superior no Brasil, que chega nessa última década sob a roupagem da “democratização”, sob forte viés populista do governo, a fim de atingir em especial as camadas mais populares<sup>21</sup>, que na ausência da educação superior como um direito constitucional, passam a adquiri-la sob a forma de mercadoria. Ocorre que, essa ideologia educacional neoliberal vem para internalizar nos trabalhadores que a qualificação é, o único meio para a inserção no mercado de trabalho, e essa qualificação nada mais é que, uma mercadoria, que na maioria dos casos é de baixa qualidade, no que tange, o ensino- aprendizagem.

Ribeiro (2009) assegura que, vários foram os processos de mudanças<sup>22</sup> implementados no âmbito do Estado, e na educação brasileira nos últimos anos, a reforma do Estado brasileiro<sup>23</sup>, na década de 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso

---

<sup>21</sup> De acordo com o ABEPSS/CFESS (2011) nessa esteira as “metas do milênio” se materializam por meio do cumprimento de acordos do Banco Mundial, que indicam a necessidade de inserção de 30 milhões de jovens e adultos no ensino superior nos próximos anos (num horizonte atual que se aproxima de 12 milhões). Ou seja, a “democratização do ensino superior no Brasil” se revela como uma falácia. Esses elementos introdutórios servem para trazer a gravidade do processo de precarização do ensino superior em curso, no qual será destacada a modalidade do Ensino a Distância (EAD) no Brasil.

<sup>22</sup> A década de 70 – 80-90, processa um período impar no Brasil e no mundo, a crise do Estado de Bem – Estar, com o fim dos anos dourados levou o capital monopolista a um conjunto articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais tem grande impacto sobre os estados e nações( NETTO, 2008:211).No Brasil esses impactos podem ser confirmados no governo de Fernando Henrique Cardoso e consolidado no Governo Lula, com a implantação no país das diretrizes da nova organização econômica, política, social e cultural chamada de reestruturação produtiva, que visa uma ampla política de privatização, flexibilização do trabalho e das relações sociais, parceria do público e do privado, além do estado mínimo para o campo social e estado máximo em nível de gastos para os setores privados o mercado é quem recebe atenção financeira nos diversos níveis e setores econômicos , inclusive os bancos.

<sup>23</sup>A reforma do Estado brasileiro de acordo com Netto em Temporalis: n° 01. 2000.

(1995 – 2002), adotou como fundamento a ideologia neoliberal. No que se refere a educação, a reforma deu sustentação á LDB-96( lei n 9.394-96), uma politica educacional cujos elementos contribuíram fortemente para a mercantilização da educação superior, que como qualquer outra mercadoria é colocada a venda, anunciada em panfletos e outdoors. Essa alteração de direito social e constitucional de responsabilidade do Estado, em serviços privatizados, transformou a essência da educação superior, no que tange, seus propósitos de construção e efetivação da cidadania na sociedade brasileira.

Na Constituição Federal-seção I da Educação, o artigo 205 dispõem que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

Ocorre que, o direito a Educação plena foi suprimida pela reforma da educação no contexto da reforma do Estado pós ditadura de 64. Iamamoto (2004), afirma que a mais ampla e profunda reforma do ensino superior no Brasil após a ditadura tem seu arcabouço legal na polemica lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), sua regulamentação alterou significativamente a dinâmica da educação no país, em especial a estrutura da universidade brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação gerou profundas alterações, tanto para a formação superior, quanto para o exercício das profissões de um modo geral, no que se refere ao processo de ensino (universidade) temos mudanças significativas na:

[...] Perspectiva de flexibilização dos processos de formação e de exercício profissionais atinge a espinha dorsal do ensino superior com a introdução de uma serie de medidas (exame nacional de curso, mestrados profissionalizantes, substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino de graduação á distancia) que impactam diretamente na concepção de profissional que se quer formar (BOSCHETTI, 2000, p.82).

Essas mudanças na estrutura educacional brasileira atingiram o processo de formação profissional, no qual se considera como um dos pontos mais importantes, a formação acadêmica. A experiência universitária, ainda assim, é considerada o lugar mais importante para a construção de uma fundamentação teórica e crítica para o desenvolvimento do papel

das profissões na sociedade, especificamente o Serviço Social, que deve muito da sua construção e fundamentação teórica à vida universitária.

A respeito dessa questão é importante compreender: Qual o desenho de Educação no presente contexto? Qual seria, então, a Educação almejada e, que tipo de profissional desejamos formar? Dai, é importante trabalhar com duas questões que deveriam estar juntas em um mesmo objetivo, (a educação e a formação profissional), mas na época presente se expressam de forma contraditória, criando desafios ao processo de formação profissional mediante a, dois pontos de discussões:

- a) *A transformação do ensino superior<sup>24</sup> no Brasil, encaminhada pela nova ordem neoliberal;*
- b) *e o profissional que se pretende formar, levando em consideração os dilemas desse nosso contexto de educação materializado no país.*

Tais aspectos, tornam-se questões contrapostas, demandas que vem sendo debatidas pela categoria do Serviço Social no processo de formação profissional. Sendo assim, é imprescindível compreender as implicações decorrentes desse contexto contemporâneo e as várias estratégias de enfrentamento do Serviço Social contra esse novo cenário. Como fator importante de enfrentamento<sup>25</sup>, temos, a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)<sup>26</sup>, que vem afirmando a *incompatibilidade* entre a reforma educacional neoliberal e a formação profissional.

As Diretrizes Curriculares constitui um importante instrumento na construção de estratégias para materializar o projeto profissional do Serviço Social na atualidade, isto é, requer considerar que as disciplinas e os componentes curriculares não são isentos de uma compreensão histórica de educação, logo, sua construção e consolidação está intrinsecamente ligada ao futuro da formação superior, constituindo assim, elementos essenciais de discussão para a consolidação do projeto ético -político do Serviço Social.

Contudo, pode-se concluir, de acordo com Lewgoy (2009), que o processo de formação profissional.

[...] Não se reduz à oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao assistente social para responder a uma condição para sua inserção no mercado de trabalho. A construção de uma profissão não pode ser confundida com a preparação para o emprego, uma vez que o trabalho do assistente social não se limita a realização de

---

<sup>24</sup> A discussão sobre a reforma do ensino superior será aprofundada no próximo tópico.

<sup>25</sup> Essa será discussão do próximo capítulo, quando o estudo trata das diretrizes curriculares e da PNE.

<sup>26</sup> A discussão mais aprofundada sobre Diretrizes Curriculares se encontra na revista *Temporalis* n°8 de 2004.

um leque de tarefas - as mais diversas - no cumprimento de atividades preestabelecidas; antes, supõe um sólido suporte teórico - metodológico e técnico - operativo para propor, executar e negociar projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais (p.30).

Antes, é importante também, pensar o papel da universidade na formação profissional, especialmente no contexto atual, sendo que:

As inovações apontadas expressam alterações profundas na relação estabelecida entre ensino público e privado no Brasil, indicando que está em curso um processo de mudança no perfil das universidades públicas, e por tanto da educação pública, (...) Marilena Chauí (...) afirma que (...) de um lado, trata-se de mudanças que atingem a concepção de educação como direito social e imprime a esta o significado de mercadoria e de serviço a ser vendido e explorado no mercado, de outro, apunham o sentido mesmo de universidade como (...) instituição social, isto é, (...) uma prática social fundada no reconhecimento público de suas legitimidades e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais (BOSCHETTI, 2000, p. 89)

A conjuntura sócio-histórica decorrente das transformações no desenho atual da educação superior, nos permite compreender os vários rebatimentos ocorridos nas diversas profissões e especificamente no Serviço Social, levando em consideração que, essa “profissão é um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e a (...) sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redimensionam seus rumos”, (IAMAMOTO, 2004, p.11), essas mudanças se apresentam em grandes desafios para o processo de formação profissional, já que essas alterações afetam os espaços sócio-ocupacionais do profissional de Serviço Social, comprometendo assim o seu cotidiano de trabalho na suas várias dimensões.

Nessa direção, podemos, então, situar o *Estágio Supervisionado* como elemento participe do cotidiano profissional do Assistente Social, sendo ele essencial e indispensável na descoberta da complementariedade entre teoria e prática, espaço da construção de um locus de discussão entre universidade e sociedade, permitindo assim compreender quais são os verdadeiros dilemas e desafios que perpassam o exercício profissional do assistente social e suas implicações na articulação entre universidade - Estágio -supervisor de campo, ademais esse questionamento será melhor fundamentado aqui vamos compreender em que contexto de universidade essa a formação está sendo “consolidada.”

Antes, é necessário situar que, a formação profissional deve se materializar na defesa de objetivações que foram construídas ao longo do tempo, através dos anseios da classe trabalhadora mediante as lutas e conquistas dos movimentos sociais.

É importante ressaltar que nas lutas e conquistas da classe trabalhadora a educação sempre esteve presente como uma das prioridades, pois ainda que de forma contraditória, por meio dela assegura-se, via de regra, a inserção no mercado de trabalho (condição fundamental à sobrevivência da classe), o que ressalta a sua dimensão econômica, bem como a disputa por projetos de sociedade pela via da ampliação de conhecimentos e construção de formas de sociabilidade, da vivência coletiva e da cultura, ou seja, sua dimensão ético-política (ABEPSS/CFESS,2011,p.786).

Sendo incorporado pelas entidades da categoria profissional do Serviço Social, as objetivações e conquistas da classe trabalhadora fundamentam também as diretrizes profissionais do Serviço Social, tendo assim como objetivo, qualificar o projeto profissional do Serviço Social.

O Serviço Social brasileiro, desde o chamado “Congresso da Virada” (1979), tem na formação profissional uma das suas prioridades, seja na sua dimensão acadêmica (com o crescimento das pesquisas e pós-graduação), seja na suas dimensões político-organizativas (por meio do debate profícuo e ações de suas entidades organizativas). Tal preocupação se explicita de modo sistematizado no processo de formulação, aprovação e posterior implantação das Diretrizes Gerais da ABEPSS (1996) (ABEPSS/ CFESS,2011.p.786).

No entanto, esse sentido dado a discussão sobre a formação profissional no Serviço Social, vem sendo invalidada pelas medidas nocivas do Estado neoliberal. E é por isso que se faz necessário qualificar e defender esse debate sobre formação profissional, através de uma fundamentação teórica e crítica, que materialize o projeto ético-político profissional com um meio de transformação da sociedade e emancipação dos seus sujeitos.

O Assistente Social precisa está sintonizado com o contexto sócio - histórico para daí participar ativamente e criticamente na defesa da cidadania. E que esse profissional seja, portanto:

Um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2004, p.12).

Dito em âmbito geral, que educação desejamos, qual profissional ansiamos formar e que estratégia importante de enfrentamento, já encaminhada pela categoria, resta agora debater que contexto social e histórico é esse que devemos assim, enfrentar.



### **3. CAPÍTULO - II ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÃO ACERCA DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DA PNE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.**

#### **3.1- As Diretrizes Curriculares do Serviço Social: e as implicações para sua materialização na contemporaneidade.**

O cenário contemporâneo e suas profundas reformas na configuração educacional brasileira e, especificamente na formação universitária, bem como já foi supracitado no capítulo anterior, vem promovendo um amplo e intenso debate sobre os rumos do processo de formação profissional do assistente social. Portanto, o Serviço Social sendo parte do movimento sócio histórico da sociedade pode tornar-se, “um eficiente e eficaz coadjuvante dos mecanismos de fetichização da vida social” (IAMAMOTO, 2000). Nesse bojo, o processo de mercantilização dos serviços sociais ocorre em detrimento dos direitos sociais conquistados ao longo do tempo, marcada por uma lógica da valorização do capital, reforçando a educação superior num patamar de mercadoria, muitas vezes de baixíssima qualidade e, conseqüentemente implicando nas diretrizes que norteiam o Serviço Social.

Tal conjuntura vem demandando ao Serviço Social, mediante suas entidades organizativas, novas estratégias para a materialização do seu projeto ético-político no Brasil. O processo de formação profissional vem requerendo das categorias ações efetivas para o enfrentamento dos ditames neoliberais nas diversas dimensões sociais, nesse sentido a ABEPSS<sup>27</sup> propõe premissas que “vão de encontro a cursos ligeiros e imediatistas tendentes a estabelecer o divórcio entre o pensar e o fazer que submeter o exercício e a formação profissional aos ditames do mercado.” Questões essas que vem trazendo implicações ao processo de formação profissional.

Os rumos da dimensão acadêmica no processo de formação profissional sempre esteve em pauta nas discussões do Serviço Social, e nesse sentido a presença da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social - ABEPSS tem um significado político muito importante na direção da construção de estratégias de enfrentamento dos rebatimentos na formação e da garantia da qualificação desse debate.

Essa preocupação integra a agenda da ABEPSS, que reafirma o seu compromisso político-acadêmico de luta contra o neoliberalismo, e contra o

---

<sup>27</sup> Ver: cursos sequenciais na reforma do ensino superior, ABEPSS, 1999.

desmonte das políticas sociais públicas e da política educacional de ensino superior bem como da precarização do trabalho docente (MENDES, 2004, p.10).

O amplo processo de debate na construção das diretrizes curriculares<sup>28</sup> é resultado do amadurecimento e discussão no seio da categoria, mediante uma *política de qualificação acadêmica e profissional dos assistentes sociais* através de criteriosa avaliação sobre os avanços e implicações para o processo de formação profissional em Serviço Social.

Levando em consideração os avanços do currículo de 1982, o qual foi [...]”considerado como um marco na trajetória recente de renovação profissional, posto que expressa a ‘intenção de ruptura’(Netto,1991) com o conservadorismo predominante historicamente nas referências teórico-metodológicas do Serviço Social”, as diretrizes reafirmam a necessidade de superar algumas questões centrais, a saber: apropriações enviesada do marxismo, o politicismo acadêmico, supremacia da dimensão teórico-metodológico em detrimento das dimensões técnico-operativo e ético-político, e ausência de orientações/proposições sobre o Estágio Supervisionado.( ARANHA, 2003). Com isso, as diretrizes baseia-se numa direção ontológica de forma que o eixo principal do currículo deixa de ser a particularidade teórico- metodológica e histórica da profissão e para a ser a questão social.

[...] as diretrizes gerais operam uma inversão, reconhecendo a questão social como ontologicamente prioritária, “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte : a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível.(...)Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é”\_( Lukács,1979:40). Ou seja, se o fundamento da profissão é a questão social , que corresponde o que é, ao existente , a formação profissional deve expressar esta prioridade ontológica, o que altera o lugar da teoria,mas não sua unicidade com a realidade, visto ser a teoria,nesta concepção,nada mais que o real pensado.(ARANHA, 2003, p, 176)

Nessa direção, o projeto de formação acadêmica em Serviço Social se articula em três núcleos indissociáveis de fundamentos organizados nas Diretrizes Curriculares, o que permitiu a constituição dos componentes: teórico – metodológico, ético – político e técnico –

---

<sup>28</sup> As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, foi produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, ocorrida em Londrina – PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82 ).

operativo, numa soma constitutiva para o desenvolvimento teórico e prático da profissão. É importante salientar que dentre as questões centrais das diretrizes curriculares, cabe frisar o debate acerca dos *fundamentos do trabalho profissional*<sup>29</sup>, elucidando assim a discussão acerca do estágio supervisionado.

Refletir sobre o processo de *formação profissional* do Serviço Social, apresentando como foco de análise o *estágio supervisionado*, nos remetem a traçar algumas considerações sobre dois pontos intrínsecos a esse processo, a saber:

- a) A elaboração das *Diretrizes Curriculares* de 1996, levando em consideração o esforço da categoria profissional na construção de um currículo que fundamenta – se a profissão na apreensão e intervenção do novo cenário contemporâneo;
- b) E a relação do componente curricular, *Estágio Supervisionado*, considerado fator essencial no processo de desvelamento das dimensões e mediações que permeiam o cotidiano profissional, mediante a consolidação da Política Nacional de Estágio- (PNE).

As Diretrizes Curriculares<sup>30</sup> do Serviço Social são resultantes de uma construção histórica da categoria face às exigências da contemporaneidade. Em geral, é um conjunto de fundamentos teóricos e práticos que possibilita a articulação entre ensino (universidade) e sociedade de forma crítica.

---

<sup>29</sup> Esse componente é importante para a reflexão do desenvolvimento formativo no campo de *estágio supervisionado*, uma vez que esse espaço de conhecimento é considerado um ambiente propício para a apropriação das categorias constitutivas do Serviço Social mediante o processo de formação profissional.

<sup>30</sup> Segundo a ABEPSS, 1996, os princípios que fundamentam a formação profissional, a saber: 1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 11. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular 12. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

A ABESS promoveu e coordenou com o CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CEDEPSS, órgão acadêmico que articula a Pós-Graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, bem como, dos estudantes, através da ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais (ABEPSS,1996).

Logo depois de Diagnosticada as tensões que implicam o processo de formação profissional numa perspectiva contemporânea a ABESS/CEDEPSS/ENESSO , procedeu – se pela Sistematização dos relatórios das oficinas regionais, elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, na cidade de Recife em dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular(ABEPSS,1996)

A Proposta foi contemplada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada na Assembleia<sup>31</sup> Geral da ABESS no ano de 1996. Cria-se uma padrões para a qualificação do ensino no âmbito do Serviço Social, logo depois sendo encaminhada a presente proposta para apreciação do Conselho Nacional de Educação.

Sua constituição possibilita o profissional na articulação de suas bases teórica e pratica, a qual permite que o mesmo tenha habilidades para propor projetos, intervir de forma efetiva na vida dos seus usuários e da sociedade como todo, viabilizando assim a construção de ações concretos, capaz de compreender as dimensões econômicas, políticas e culturais do contingente da classe trabalhadora.

#### *Diretrizes Curriculares: perspectivas e desafios*

Os princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional, provocam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão

---

<sup>31</sup> A assembleia geral foi realizado no Rio de Janeiro ente 07 e 08 em novembro de 1996.

social, considerando as novas articulações entre público e privado;5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996).

As Diretrizes Gerais que materializam nosso projeto de formação profissional, propõem:

(...) uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 9).

Pensar a constituição das Diretrizes Curriculares implica em pensar a profissão como parte de uma totalidade, histórica, social e ideológica, com objetivos propositivos que partem de uma proposta de emancipação dos sujeitos usuários, do próprio profissional, os quais sofrem os rebatimentos do processo de precarização<sup>32</sup> das reais condições de trabalho impressas no contexto neoliberal. Conforme Iamamoto(2008), os núcleos possuem níveis distintos e complementares de conhecimentos necessário a atuação profissional.

A proposta de currículo encontra-se a partir de núcleos temáticos que funcionam na perspectiva de criar um conjunto articulado de conhecimento e habilidades para qualificar e orientar o exercício profissional. Os núcleos temáticos se articulam em um conjunto lógico de “conhecimento e habilidades necessário à qualificação profissional dos Assistentes Sociais na atualidade” (IAMAMOTO, 2008, p.71).

A proposta da ABEPSS (1996) para a formação profissional inscrita nas diretrizes curriculares remete a constituição de três núcleos<sup>33</sup> de conhecimentos *indissociáveis*, os quais, se articulam para o processo de formação profissional, dentre os quais destacam-se:

1º núcleo de fundamentação teórico – metodológico da vida social;

2º núcleo de fundamentos da formação sócio- histórica da sociedade brasileira;

---

<sup>32</sup> O profissional tem seu processo de ensino e mercado de trabalho precarizados, considera-se importante frisar a necessidade desse profissional estar sempre atualizado, no sentido de poder criar competências criativas e propositivas para que possa intervir de forma eficaz nos novos tempos.

<sup>33</sup> Sobre os núcleos, segundo a ABEPSS, 1996 é importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades.

3º núcleo de fundamentos do trabalho profissional (p.63).

Esses três núcleos compõem particularidades específicas que congregam um projeto de fundamentos intrínsecos ao processo de formação profissional, mediante a apreensão e compreensão da teoria e prática, categorias essenciais ao exercício profissional do Assistente Social.

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. (ABEPSS, 1996).

Cabe aqui considerar a pertinência do núcleo 3 e os avanços. A categoria trabalho é fundamentada pelo processo teórico- metodológico da vida social, essa categoria visa “ reconhecer as dimensões culturais, ético- político e ideológico dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação”( ABEPSS,1996,p.64).

O núcleo de fundamentos da formação sócio – histórico da sociedade brasileira, a partir da perspectiva histórica, busca conhecer a sociedade em suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Já o núcleo de fundamento do trabalho profissional, de acordo com a ABEPSS(1996):

Considera a profissionalização do Serviço Social como especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo as múltiplas expressões da questão social (p.66).

Os três núcleos são de suma importância como categorias de análises para se ter bem definido o entendimento sobre a vida social e conseqüentemente a questão social particular da trajetória social, política e cultural da sociedade brasileira, consideradas áreas de conhecimento fundamental a formação do Assistente Social. Tais elementos curriculares podem ser tratados em *disciplinas* de forma que o estudante possa valorizar e participar da dinâmica universitária, além dessa modalidade de conhecimento temos outras formas de se trabalhar os conteúdos temáticos, no caso: os seminários temáticos, oficinas laboratórios,

atividades complementares, monitorias, pesquisa e extensão , intercâmbios dentre outros, as matérias<sup>34</sup> também é um elemento importante que merece grande atenção.

Assim sendo, as possibilidades para trabalhar os conteúdos das disciplinas são múltiplas que permitem uma nova dinâmica de aprendizagem no processo de formação profissional, propiciando ao discente outra lógica curricular, que ultrapassar, de acordo com Iamamoto (2008) uma visão tradicional do currículo, antes, centrado apenas, exclusivamente, em disciplinas, que não valorizavam a inteira participação do estudante na dinâmica da vida universitária.

As diretrizes elencadas no projeto de formação apontam para a flexibilidade dos currículos por meio da diversificação de atividades desenvolvidas no âmbito da vida acadêmica e exigem o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do próprio Serviço Social. Neste sentido, investe-se na adoção de uma teoria social crítica; a superação da fragmentação dos conteúdos. Outros elementos que compõem a lógica curricular indicam o estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como condição central da formação e a relação da teoria e realidade; padrões iguais entre os cursos diurnos e noturnos quanto à qualidade e desempenho; caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo; a ética como um princípio formativo perpassando a formação curricular; a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica (ABEPSS/CFESS,20011,p.795).

Cabe considerar a pertinência de elencar e priorizar o núcleo do trabalho, profissional, tendo em vista sua articulação com o componente curricular Estágio Supervisionado e, ao mesmo tempo, esclarecer a sua articulação com os demais núcleos, como já foi supracitado, complementares. O que remete recuperar os fundamentos do trabalho profissional, na direção de compreender os elementos constitutivos do Serviço Social, como especialização sócio-técnico do trabalho. .

Em consonância com Iamamoto (2008) a trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, e os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, o planejamento, a pesquisa, a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado são elementos constituintes, amarrados pela análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho, o que capacita os profissionais em suas funções praticas, fundamentados teóricos e normatizados por leis.

---

<sup>34</sup> As matérias: Sociologia; Teoria Política; Economia, Política; Filosofia; Antropologia; Psicologia; Formação sócio – histórica do Brasil; direito e legislação social; Política social; Administração e planejamento; Desenvolvimento capitalista e questão social; Classes e movimentos sociais ; Fundamentos históricos e teóricos metodológicos do Serviço Social; Trabalho e sociabilidade; Serviço Social e processos de trabalho; Ética profissional; Pesquisa em Serviço Social; Estágio supervisionado e TCC (é importante ressaltar que houve uma substancial mudança de conteúdo, consultar: ABEESS/CEDEPSS.

Quanto à questão do Estágio Supervisionado, as Diretrizes Curriculares anuncia o debate do ensino da prática, mas não aprofunda a discussão, daí a importância do avanço desse debate mediante formulação da Política Nacional de Estágio -PNE. O estágio nas diretrizes curriculares, tem como principal objetivo propor e articular o processo de formação e o exercício profissional, estabelecendo de uma vez por todas sua íntima relação de aprendizagem, entre ensino (universidade) e sociedade. Os demais núcleos também possuem seu compromisso bem definido com a formação profissional, no entanto não entraremos nessa discussão tendo em vista que a proposta é analisar a formação profissional mediante a experiência do Estágio Supervisionado.

No que se refere à discussão sobre o estágio no processo de formação profissional, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, desempenha uma função importante no que tange a profissionalização do Serviço Social, como sendo uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho, que tem como objetivo a intervenção nas expressões da questão social em seus diversos contextos e campos de atuação do assistente social.

Portanto, é necessário ater-se sobre as implicações nas Diretrizes Curriculares 1996, mediante os processos de mudanças trazidas pelo cenário neoliberal na Educação. As alterações no contexto contemporâneo, e os rebatimentos para o processo de formação profissional do assistente social, especificamente no que se refere às mudanças sofridas nas das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, a partir da reforma do ensino superior e construção do que foi definido como sendo o currículo pleno para o Serviço Social brasileiro.

### **3.2 - As modificações nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE**

O projeto neoliberal, consolidado nos anos 90 acarretou inúmeras simplificações no ensino superior, ocasionando grandes mudanças na formação acadêmica, a partir da aprovação e consolidação da Lei de Diretrizes e Bases -LDB de 1996. Tal cenário determinou um novo parâmetro para as diretrizes educacional no país. Diante desse contexto a formação profissional em Serviço Social, sofreu com as as modificações<sup>35</sup> sofridas pelas Diretrizes

---

<sup>35</sup> O conselho nacional de educação (CNE) reduziu drasticamente o conteúdo( construído pela ABEPSS em 1996), na análise e aprovação do currículo pleno para o curso de Serviço Social emitidos em 2001 e 2002 o MEC altera de forma significativa seu conteúdo pedagógico. Ver parecer do CNE 492/2001; e parecer CNE 1.363/2001 e a resolução CNE 15: de abril de 2002.



Curriculares da ABEPSS/96, -estabelecida pelo MEC na construção de um currículo único para curso de Serviço Social no país-

As modificações do Currículo foram realizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que teve aprovação em 2001 – 2002, eis que surge o currículo pleno de Serviço Social. Essas modificações mudaram significativamente a configuração das Diretrizes Curriculares pensada, fundamentada pela categoria profissional, com base em Boschetti (2004) a primeira alteração na proposta enviada pela ABEPSS a CNE está na carga horária mínima.

O primeiro golpe do CNE, que não foi só para o curso de Serviço Social e atingiu outros cursos, foi não ter aprovado a carga horária mínima que estava nas Diretrizes da ABEPSS que era de 2.700 horas mais 15% de estágio, o que totalizava um curso de, no mínimo 3.105 horas, sendo que destas, apenas 5% poderiam ser realizadas em atividades complementares (BOSCHETTI, 2004, p.23).

A não aprovação da carga mínima levou muitas instituições a proporem cursos de 2.700 horas (contabilizando com o estágio), dessa forma foram criados cursos de apenas 3 anos, dentro de uma nova dinâmica que não possui qualquer preocupação com a formação profissional de qualidade, crítica e potencialmente aprofundada em suas várias dimensões formativas, essenciais ao processo de conhecimento crítico da realidade.

Outra importante alteração ocorre em relação aos conteúdos dos componentes curriculares (matérias e disciplinas), nesse aspecto, Boschetti (2004) adverte que, muitas matérias e disciplinas foram suprimidas e simplificadas.

[...] tópicos que devem estruturar o projeto pedagógico, conforme consta no Art 2º da referida Resolução: “o projeto pedagógico de formação profissional a ser referido pelo curso de Serviço Social deverá explicitar: a) o perfil dos formandos; b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas; c) a organização do curso d)os conteúdos curriculares; e) o formato do estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso ;f) as atividades complementares previstas(2004, p.23)

Essa realidade implica na diversificação dos componentes curriculares gerando assim graves problemas na articulação dos conteúdos essenciais a formação. Para tanto, as mudanças imprimidas pela CNE depreciou a qualidade dos cursos de Serviço Social e, conseqüentemente, a implantação do seu currículo, tendo em vista que o crescimento exacerbado dos cursos de graduação, em sua grande maioria, presentes em instituições privadas foram instituídos após a criação da diretriz pautada no parecer da CNE. Essas

mudanças dificultam o processo de ensino aprendizagem dos discentes, além do processo de fiscalização, por parte das entidades do Serviço Social, que não são muitas, se comparadas com a quantidade de cursos existentes no país, sendo majoritariamente instituições privadas, aliadas ao agravante crescimento da modalidade Ead<sup>36</sup> que possibilitou a exacerbada criação de cursos por todo o país.

Sob essa perspectiva o Serviço Social defende as Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, como sendo uma importante estratégia de enfrentamento aos novos desafios postos pela nova cena contemporânea, uma proposta concreta e efetiva no que tange a formação profissional mediante os desdobramentos vivenciados pelos profissionais no mercado de trabalho e na formação superior.

Esses princípios requerem um rigoroso trato teórico e metodológico, a partir da materialização histórica da realidade social e da própria profissão como parte do processo de contradição da sociedade brasileira. As Diretrizes Curriculares se fundamentam na construção de estratégias de luta contra o cenário atual, numa construção de possibilidades a formação profissional, mediante o enfrentamento da questão social. Dentro de um viés político e ideológico crítico de enfrentamento a realidade posta pela sociedade vigente.

As orientações requeridas para o processo de formação profissional na contemporaneidade, mediante a análise do Serviço Social como profissão inserida nesse novo cenário, consolida-se e define um perfil profissional que :

(...) exige um esforço de decifrar o movimento societário situando o Serviço Social na dinâmica das relações entre estado e sociedade civil. Uma hipótese de trabalho sobre o desenvolvimento do Serviço Social nos anos 1980 indica que a profissão teve os olhos mais voltados para o Estado e menos para a sociedade, mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos com quem trabalha: o modo e condição de vida, a cultura (IAMAMOTO, 2008, p.75).

A lógica que permeia os fundamentos das Diretrizes Curriculares trabalha no trato da superação da fragmentação do ensino aprendizagem, já que, o currículo preza pela intensa relação de convivência entre, alunos, professores e sociedade, sendo esses os fatores envolvidos no processo de formação profissional. Sobretudo na dinâmica do Estágio Supervisionado que requer uma efetiva articulação entre esses agentes, que participam do processo de formação.

---

<sup>36</sup> Ver a realidade das EAD's em Litto,( 2009)

Como elucidado nos itens anteriores, as diretrizes curriculares trazem contribuições significativas para pensar estágio curricular, em termos dos princípios. Entretanto, decorrentes do processo de sucateamento, do crescimento acelerado do ensino a distância tornou-se premente a formulação da política nacional de estágio, visando reafirmar os princípios, especialmente, no cenário atual marcado pela intensificação do processo de precarização e retirada dos direitos, o que tem implicado no estágio supervisionado.

As diretrizes curriculares vem trabalhando no enfrentamento dos desafios postos pelo novo cenário. A finalidade do estudo não é dar conta de toda a discussão da proposta curricular, mas é importante acender o debate, para o aprofundamento do que vem a ser o processo de formação profissional do assistente social, tendo como foco o Estágio curricular supervisionado. Nesse bojo, o estágio tem uma função muito importante na construção e consolidação da formação profissional.

O debate sobre a realidade do estágio foi aprofundado, pela ABEPSS mediante a pesquisa de avaliação das Diretrizes Curriculares, o resultado da pesquisa revelou as diversas tendências<sup>37</sup> sobre o processo de estágio, essa pesquisa abrangeu as dimensões do processo de estágio supervisionado desde a coordenação, passando pela supervisão de estágio, e a então relação do estagiário com o campo prático do estágio.

O relatório da “Pesquisa Avaliativa”<sup>38</sup> sinaliza algumas dificuldades que devem ser enfrentadas pela categoria no campo de estágio, são elas:

A reflexão sobre a relação da quantidade de estagiários por supervisores e a qualidade do processo pedagógico; a necessidade de ampliação dos fóruns de supervisores de estágios, sobretudo nas IES públicas; aprofundamento da articulação das UEs com os CRESS nas discussões sobre o estágio; a intensificação da fiscalização dos CRESS

---

<sup>37</sup>As tendências sobre o estágio curricular, segundo a pesquisa avaliativa sobre as diretrizes curricular da ABPESS (2007): em relação a coordenação, a supervisão docente e de campo não houve diferenças importantes; a participação de fóruns de supervisões de estágio, e participação dos discentes foi maior entre a IES privadas do que nas públicas; os estágios tem duração de três a quatro semestres, sem grande modificações entre públicas e privadas; o início do estágio ocorre mais cedo nas IES públicas que nas privadas; a remuneração foi mais frequente nas privadas que nas públicas; o numero de estudantes por supervisor é maior nas privadas que nas públicas; quanto a media por supervisor de campo, o numero foi mais próximos para as instituições públicas de dois a cinco por supervisor; em relação a área a maioria: saúde, assistência, criança e adolescente, jurídica, idoso, empresarial, educação e movimento sócias urbanos, de destaque temos as áreas de saúde com (28,3%) e assistência com( 26,1%). (ABEPSS, 2007).

<sup>38</sup> Esse relatório possibilitou o levantando de varias questões importantes ao debate da formação profissional, inclusive o que se refere as dificuldades enfrentadas nos campos de Estágio Supervisionado. Esse documento sinaliza diversas questões a serem enfrentadas no processo de Estágio Curricular, aponta a necessidade da construção de uma política nacional de estágio com o objetivo de qualificar e normatizar o processo de estágio supervisionado pelo país. A Pesquisa avaliativa sobre a implementação das Diretrizes Gerais, cujo os resultados foram publicados na revista temporalis n° 14.

em relação a supervisão de estágios vinculados a cursos de graduação a distancia em Serviço Social(...) dentre outros (RAMOS, 2007,p.17).

Conforme ressalta Ramos (2009), no que tange o enfrentamento das dificuldades apreendidas no campo de estagio, se torna necessário a elaboração de proposições, tais como, a regulamentação da supervisão direta de estagio que foi encaminhada pelo CFSS, pela resolução n° 533, e a construção de uma Política Nacional de Estagio, tarefa encaminhada a ABEPSS.

#### *Abordagem sobre Estágio Supervisionado nas Diretrizes Curriculares*

As Diretrizes Curriculares de 1996 elaborada pela ABEPSS, é quem fundamenta os princípios relacionados ao estagio, sendo eles, o estabelecimento das dimensões *investigativas* e *interventivas*, considerados aspectos formativos, e também condição central para o processo de formação profissional, mediante a relação teoria e realidade trazida pela indissociabilidade entre estagio, supervisão acadêmica e profissional.

As Diretrizes Curriculares não aprofunda o debate sobre o Estágio, mas sinaliza sua importância no processo de formação propondo assim, o ensino da prática em sua articulação com os fundamentos teórico e crítico do Serviço Social.

A abordagem sobre o processo de estagio nas diretrizes curriculares se deu através de documentos<sup>39</sup> elaborados na proposta de construção das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social. Na proposta que trata dos novos subsídios<sup>40</sup> para o debate devendo assim acompanhar as diretrizes curriculares.

Dessa forma é importante aprofundar o debate do Estagio Supervisionado, mediante os desafios da sua materialização para o processo de formação, e assim apreenderas estratégias de enfrentamento construídas pela categoria profissional.

### **3.3 O Estagio Supervisionado em Serviço Social: os desafios enfrentados no processo de formação profissional.**

---

<sup>39</sup> Segundo Ramos (2009), proposta pedagógica, sobre o estagio nas diretrizes curriculares, são :proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate ; diretrizes gerais para o curso de Serviço Social( com base no currículo mínimo de 1996);ABESS/CEDEPSS; diretrizes curriculares -comissão de especialistas-1999; e diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social integrantes dos pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001- MEC.

<sup>40</sup> Os eixos de reflexões que devem acompanhar as diretrizes curriculares, dentre os quais destacam – se os, dois que tratam do estagio: Primeiro é relacionado á organização – por parte da unidade de formação acadêmica – da política de estagio e das formas de relacionamentos com as instituições sociais( campos de estágios); E o segundo é sobre a organização da política de capacitação dos supervisores de estágios, a partir dos conteúdos e práticas pedagógicos previstas pela nova proposta curricular.

O estágio é “uma dimensão obrigatória para se pensar a formação profissional do assistente social, significando o momento de articular entre a *formação* e o *exercício profissional*, a partir da inserção do discente ao espaço sócio - ocupacional do Assistente Social, considerado parte intrínseca do processo de formação profissional, fundamental para inserir o estudante no processo técnico – operativo da profissão.

São inúmeros os desafios a construção da formação profissional, e o estágio supervisionado se torna um espaço importante, sendo um divisor de águas, entre o desvelamento das contradições da realidade, para a construção de um proposta de formação profissional respaldada no projeto ético – político profissional do Serviço Social.

Segundo as diretrizes curriculares o estágio supervisionado é considerado como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (2002)<sup>41</sup>

Nessa direção, pressupõe que o estágio seja um espaço privilegiado de conhecimento, considerado um lócus por formação, o qual assegura a materialização dos fundamentos constitutivos da profissão. A ABEPSS (2009) afirma que, o estágio no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas para oportunizar ao estudante o aprofundamento da relação entre o conhecimento teórico – metodológico e o trabalho profissional, a capacidade técnico operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão.

O estágio é um dos componentes curriculares privilegiados na construção da relação teoria/prática, principalmente por seu caráter presencial e pela atividade concomitante de supervisão acadêmica e de campo. Devem ser de responsabilidade da unidade formadora. São princípios do estágio, contidos na Política Nacional de Estágio (2010): articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (ABEPSS/CFESS, 2011, p.796).

---

<sup>41</sup>Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, Resolução nº15, de 13 de março de 2002. (site da ABEPSS).

Segundo Oliveira (2009), o estágio supervisionado curricular em Serviço Social possui significado impar no processo de capacitação para o exercício profissional do Assistente Social, e seu estudo se configura como temática central nos fóruns de debates sobre formação profissional, sobretudo no momento contemporâneo. Nesse sentido, observa-se que:

Analisar o estágio é, pois entende - lo no processo educacional, nas tendências do ensino superior no Brasil, apreendendo a política da educação inserida na dinâmica dos atuais processos da contrarreforma do Estado, que aprofunda sua vinculação ao processo de reprodução do capital. Assim as iniciativas governamentais direcionadas ao ensino superior, pautadas nas orientações advindas dos organismos mundiais que ditam a condução das estratégias de reprodução do capital, são marcadas pelo favorecimento da mercantilização da educação, o qual se expressa na elevação dos níveis de inserção no ensino superior pela via do setor privado em detrimento do público, da fragilização dos processos de ensino- aprendizagem e do financiamento público do setor privado( VASCONCELOS, 2009, p.66).

É importante destacar que defender a formação profissional implica em defender o estágio curricular tendo em vista os desafios e as fragilidades apresentadas nos campos de estágio, haja vista, que o mesmo sofre os reais rebatimentos e dilemas presentes nos espaços sócio- ocupacionais.

Nesse bojo é necessário problematizar o caráter pedagógico do estágio em consonância com as reais condições dos campos de estágios e, concomitantemente com o espaço sócio- ocupacional do assistente social, tendo em vista que as condições vivenciadas pelos estagiários constituem reflexo das atuais condições de trabalho do próprio profissional de Serviço Social no seu cotidiano, isto é, apreender sobre os desafios que perpassam o processo de formação profissional, mediante a intensa precarização /mercantilização do ensino superior no Brasil. Tal cenário apresentou graves rebatimentos na formação profissional decorrentes das novas tendências da produção econômica, inclusive, a união entre universidade e mercado de trabalho. Cabe aqui pontuar além da vinculação do estágio com o processo de formação profissional, a necessidade de se considerar o processo de precarização, e as dificuldades da materialização dos campos como sendo um espaço, de ensino-aprendizagem .

Para tanto, há de se considerar as verdadeiras condições sociais, econômicas, política e cultural que determinam o processo histórico e social do estágio na sociedade brasileira. A esse respeito adverte Vasconcelos (2009), os assistentes sociais se vêem inseridos precariamente no mercado de trabalho, com baixos salários e condições de trabalho insatisfatório, para garantir as condições éticas necessárias ao exercício profissional, muitos

destes impelidos a se envolver em múltiplos vínculos de emprego. O profissional se vê entre a difícil tarefa de consolidar seu projeto profissional (construído pelos fundamentos do *projeto ético-político*<sup>42</sup> profissional) e a garantia da sua sobrevivência humana, na manutenção de seu trabalho nas diversas instituições que empregam o assistente social.

Corroborando com Faleiros,

Essa negação da especificidade é um dos problemas que vivemos na prática, inclusive, criando –se uma crise de identidade da profissão. Boa parte dos assistentes sociais não sabem quem são, o que fazem e nem o que devem fazer, ficando, assim, ao sabor das estratégias definidas de fora da profissão, pelas instituições. (FALEIROS, 2010,p.85-86).

Tal conflito também interfere diretamente na vivência dos estagiários no cotidiano profissional, os quais passam a conviver com todos os ranços/vícios/experiência do exercício profissional, carregando a experiência do estágio para sua vida profissional. As condições vivenciadas pelos estagiários são diversas. A esse respeito destaca Vasconcelos:

(...) dificuldade de assegurar uma aproximação mais intensa entre as unidades de formação acadêmica e os campos de estágio; fragilidade no planejamento e sistematização da supervisão; dificuldades para a realização de supervisão conjuntas devidas a indisponibilidade de carga horária de docentes e supervisores; excessiva quantidade e diversidade de campos de estágios para os professores supervisionarem; precariedade da estrutura física de alguns campos de estágios; indisponibilidade de transporte e matéria didática para os assistentes sociais realizarem seu trabalho; falta de recursos institucional para a operacionalização dos projetos de intervenção construídos pelos estudantes como parte integrante das experiências de estágio; mudanças nos assistentes sociais responsáveis pela supervisão de campo e acadêmica durante o processo de estágio; além do acúmulo de atividades dos discentes trabalhadores( VASCONCELOS,2009,p.72)

Os campos de estágios compartilham de diversos problemas, dificuldades estas que permeiam o contexto de trabalho e formação profissional dos assistentes sociais, portanto, nessa dinâmica a relação entre estagiário e conhecimento produzida na experiência do campo de estágio fica fragilizada, além do mais a articulação entre os outros componentes curriculares é secundarizada, diante das condições precárias que se encontram os campos de estágios.

Vasconcelos (2009) problematiza que, a compreensão do estágio como momento da aplicação ou adequação da teoria à prática é afetado, pois o distanciamento entre a academia (entendida como espaço de produção e difusão do conhecimento) e o mundo do exercício

---

<sup>42</sup>Ver projeto ético – político em Netto( 1999)

profissional ( apontado como espaço de aplicação da técnica, no qual prevalece o imediatismo e a burocratização), se torna um importante fator fragilizador do estágio, e consequentemente da formação profissional

Outra problemática da experiência de estágio são as intensas iniciativas implementadas pelo capital para cooptar a subjetividade dos indivíduos, são tão poderosas que, apesar da exploração a que são submetidos, os estagiários, tendem a considerar que, acima de tudo, esse é um processo para facilitar sua inserção no mercado de trabalho, reconhecendo no estágio o elemento determinante de sua empregabilidade.

O estágio, estando inserido nas relações sociais capitalistas, é, concomitante e contraditoriamente, mercantilização da força de trabalho e processo de ensino – aprendizagem dos estudantes. Nesta sociabilidade em que vivemos, não dá para definir se o estágio responde, unicamente, a uma demanda de exploração do trabalho ou se ele se configura um espaço de formação profissional, pois ele é, simultaneamente as duas coisas: para as entidades concedentes significa a possibilidade de exploração da força de trabalho estudantil, para nós, espaço didático – pedagógico. Daí a importância de reforçamos, em meio a esta contradição, a dimensão pedagógica dos estágios. (VASCONCELOS,2004 p.75).

Esse debate se intensifica com a construção da elaboração da Política Nacional de Estágio - PNE, que passa a fundamentar o processo de estágio a partir de uma intensa articulação com a formação profissional. De acordo com Ramos (2009), a construção dessa política nacional de estágio<sup>43</sup> ABEPSS(2009-2010),elegeu como prioridade uma política em consonância com os princípios do projeto ético político profissional, neste contexto de hegemonia do capital e de suas regressivas contra reformas, dentre elas do ensino superior.

Considerar e refletir sobre os princípios enunciados na Política Nacional de Estágio – PNE nos remetem a questões que são, essenciais a compreensão do que de fato, se configura como estágio supervisionado no processo de formação profissional.

### **3.4 A Política Nacional de Estágio da ABEPSS: e a busca pela formação profissional de qualidade.**

A Política Nacional de Estágio da ABEPSS<sup>44</sup>( 2008), busca:

<sup>43</sup> Esse processo indicou também a necessidade de se pensar o estágio supervisionado nas instituições EAD's, e suas implicações no processo de formação, um dos questionamentos é a questão da supervisão conjunta entre, supervisor de campo e supervisor acadêmico, inexistente no processo EAD.

<sup>44</sup> PNE-ABEPSS ( 2009 – 2011).



I – propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe (...) ensino, pesquisa e extensão, e articule a graduação com a pós – graduação. II- fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais. III- Contribuir para a definição e redefinição da formação do Assistente Social na perspectiva do projeto ético – político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; IV- Propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de graduação e pós – graduação.(ABEPSS,2008)

De acordo com Oliveira (2009), a legislação que normatiza o estágio supervisionado curricular em Serviço Social procura garantir as condições para uma formação profissional de qualidade coerente com o projeto ético- político profissional. Esse deve ser o direcionamento da formação profissional em Serviço Social, uma ação movida para a emancipação do estudante e conseqüentemente de toda a sociedade, tendo em vista que o profissional que se quer formar irá trabalhar para a efetivação de uma cidadania que -garanta de direitos.

A Política Nacional de Estágio da ABEPSS classifica o estágio supervisionado curricular nas modalidades obrigatória, e não obrigatória a partir de um processo didático – pedagógico. O *estágio curricular não obrigatório* se configura no curso de Serviço Social como atividade complementar e opcional, segundo a ABEPSS apud Vasconcelos é uma:

Atividade curricular optativa, integrante dos componentes complementares da formação profissional, a qual se realiza por meio da inserção do estudante no cotidiano do trabalho na área do Serviço Social, mediante acompanhamento de assistente social docente da unidade de formação acadêmica e assistente social do campo de estágio.(ABEPSS,p.178).

Esta modalidade de estágio<sup>45</sup> deve estar sistematizada no processo de ensino aprendizagem, no caso a maior responsabilidade fica a cargo da unidade de ensino, a qual deve possibilitar as condições para a apreensão do conhecimento crítico da prática, tendo em vista que essa modalidade está mais próxima de uma demanda do mercado de trabalho, do que a prioridade do ensino – aprendizagem.

---

<sup>45</sup> Importante que respaldada que na lei do estágio busca-se cobertura legal para assegurar que o estágio não-obrigatório seja regulamentado minimamente nos padrões de qualidade e que não se caracterize uma mão de obra barata.

Já o estagio obrigatório<sup>46</sup> vincula – se ao projeto político-profissional, mediante seus ditames legais que vem orientando e regulamentando essa modalidade de estagio, no caso temos: o código de ética, a lei de regulamentação da profissão, a resolução n.533/2008<sup>47</sup> do CFESS, as Diretrizes Curriculares e a PNE.

A própria Constituição Federal de 1988<sup>48</sup> em vigor, trata no ( Art 205) da educação, seu caráter pleno do desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além das regulamentações e resoluções sobre Estágio na profissão de Serviço Social, temos também a lei n 11.788-2008<sup>49</sup>, uma lei nacional de Estagio que regulamenta e legaliza o Estagio no país, essa lei traz alguns elementos importantes na defesa do estagio, dentre os quais, destacam-se:

- a) a obrigatoriedade do acompanhamento efetivo dos estagiários por parte de docente da instituição de ensino e de profissional da área de formação que atue no campo de estagio;
- b) a compatibilidade da jornada de estagio com atividades educacionais;
- c) o direito de recesso de trinta dias a cada doze meses de estagio ou proporcional no caso de incompletude de um ano de estagio, o qual deve ser remunerado nos casos em que o estagio tiver bolsa;
- d) a obrigatoriedade de auxilio transporte e de remuneração para os estágios não obrigatórios;
- e) e a responsabilização dos agentes de integração pelo encaminhamento indevido de estagiários sem a garantia das exigências legais.

De acordo com Ribeiro (2009), por sua própria natureza, o estágio pressupõe o contato – articulação, mediado pelo estudante, entre o curso e a instituição /campo de estagio. Cabe aqui qualificar essa articulação, entre estudante e estágio, mediante as supervisões de

---

<sup>46</sup> Modalidade a qual vamos nos deter para refletir sobre o processo de formação profissional

<sup>47</sup> Instrumento importante na defesa do estagio na área do Serviço Social, a resolução CFESS n° 533- 2008<sup>47</sup> ratifica que os campos de estágios devem estar assegurados nas condições éticas e técnicas do exercício profissional, além de definir a necessidade da apresentação da unidade de formação. Um avanço na criação de condições normativas para fiscalização exercida pelos CRESS e CFESS e, sobretudo, em relação à supervisão direta de estágio em Serviço Social e para a sociedade que será a beneficiada com a melhoria da qualidade dos serviços profissionais prestados no âmbito do Serviço Social ver: ( Conselho Federal de Ensino em Serviço Social - CFESS,2008)

<sup>48</sup> Ver artigo da Constituição Federal

<sup>49</sup> Ver lei 11.788-2008, que dispõe sobre o estagio dos estudantes no brasil.

campo e acadêmica. Nesse sentido é importante lembrar que as dificuldades para se assegurar a indissociabilidade entre supervisão acadêmica / campo é real, algo que vai a ser explorada na análise do estudo.

Convém frisar que as instituições acadêmicas e as de campos, aliado ao conselhos Regionais de Serviço Social, representam espaços essenciais na defesa da profissão, e conseqüentemente, na busca da indissociabilidade entre formação e exercício profissional. Portanto, constitui-se um princípio básico na defesa pela garantia da qualidade do exercício profissional do assistente social que, para tanto, deve ter assegurada uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à formação profissional. Nessa direção, o CFESS afirma que:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor, supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio, em conformidade com o disposto no parecer CNE/CES nº 492/2001, homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 09 de julho de 2001 e consubstanciado na Resolução CNE/CES 15/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2002, que veio aprovar as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (CFESS, 2008).

*O estágio curricular obrigatório* está imbricado no processo de formação do estudante e do próprio profissional já que a *supervisão de estágio* é uma finalidade social do assistente social, e a busca pela qualidade teórica e prática dessa experiência é uma das principais atribuições do assistente social na defesa da própria profissão e formação profissional. Compreendendo a supervisão como elemento central do processo de formação e na defesa da garantia da qualidade do estágio que são hoje pensadas como estratégias políticas, a exemplo da resolução N°533/2008 que regulamenta a supervisão direta do serviço social, assim como, as ações de fiscalização no âmbito do conjunto CFESS-CRESS.

Corroborando com a Resolução nº 533/2008 a supervisão direta de estágio é atividade privativa dos assistentes sociais, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Serviço Social, de sua área de ação. A resolução também estabelece normas regulamentadora, acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, a qual deve estar sempre em consonância com os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão, e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS.

A questão do estágio se configura como fator essencial ao processo de formação profissional do Assistente Social, dessa forma o conjunto CFESS – CRESS estendeu sua fiscalização,<sup>50</sup> aos campos de estágios. O Conselho Federal de Serviço Social (CFSS), juntamente com os conselhos regionais (CRESS), são responsáveis pela fiscalização do exercício profissional.

**Art.5º** - compete ao CRESS fiscalizar o exercício da profissão do Assistente Social, em seu âmbito de jurisdição, assegurando a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade de atendimento aos usuários do Serviço Social. **Parágrafo primeiro** – A ação fiscalizadora do CRESS deve ser definida em conformidade com a política nacional de fiscalização do conjunto CFESS- CRESS, articulando – se as dimensões: afirmativa de princípios e compromisso conquistados, político – pedagógico, normativo e disciplinar. **Parágrafo segundo** – a execução da fiscalização se faz em relação ao exercício profissional dos Assistentes Sociais e as pessoas jurídicas que prestam serviços específicos do Serviço Social a terceiros (CFESS,2007,p.2).

Considerando a supervisão como um dos princípios básicos do estágio, é importante compreender que o desenvolvimento e acompanhamento do estágio deve ser feito de forma responsável, com o objetivo de articular a teoria e prática, ou seja, os discentes devem apreender as tensões e contradições da realidade de forma a compreender suas reais dificuldades, na direção de criar estratégias de ação efetivas aos usuários, respaldadas nos princípios éticos. Convém frisar quando se acredita no distanciamento das duas categorias teoria e prática acaba por aceitar os ditames burocráticos das instituições que transformam os estágios em meras forças de trabalho com baixíssima remuneração. Constituindo assim, por excelência um espaço para potencializar o discente a construir as mediações necessárias para articulação entre teoria e prática. Assim como, pode se constituir como um espaço para elucidar as fragilidades e as possibilidades de construção dessas mediações, possibilitando assim, rever o processo de formação profissional, partindo desse pressuposto, que se optou em priorizar o estágio como um dos eixos para discutir a formação profissional, sem desconsiderar os seus reais limites para sua efetivação.

Oliveira (2009), afirma que no cotidiano acadêmico, o estágio supervisionado curricular, trata – se de uma temática transversal que deve ser de responsabilidade do corpo docente formado, deve estar presente sobretudo no desenvolvimento dos conteúdos

---

<sup>50</sup> A fiscalização do exercício profissional se consolida com a elaboração da Política Nacional de Fiscalização (PNF), no ano de 1999, o CFESS compete criar normas para regular e fiscalizar o exercício profissional, enquanto que o CRESS operacionaliza essa fiscalização.

programáticos das disciplinas numa mediação entre os conhecimentos teóricos – metodológicos e o exercício profissional.

Segundo Oliveira(2009) o estágio supervisionado é tido como momento em que o estagiário poderá, através de mediações, operacionalizar o conteúdo teórico do curso em sua vivência prática, sendo portanto, considerado o momento privilegiado da relação entre teoria e prática.

O estágio obrigatório devidamente supervisionado, como componente curricular favorecendo a relação entre teoria e prática, mais do que um meio de aprendizagem, deve ser entendida como uma vivência, o que pressupõe não reduzida a um treinamento para aprender o “como fazer” sem que o entendimento que acompanhe o “porque” e o “para que” da ação. ( VASCONCELOS, 2009) .Dai ressaltar que, no estágio, o aluno vivencia a práxis profissional e ao vivencia – lá aprende a utilizar o instrumental e a interagir numa rede institucional e pessoal em situações concretas e desafiadoras. Nessa perspectiva, a análise do processo de estágio requer apreender o Serviço Social em suas mediações entre a fundamentação teórica e sua aplicação prática, já que esses dois processos estão unidos na totalidade da formação profissional.

Um espaço privilegiado de conhecimento, respaldadas nos fundamentos teóricos com vistas a apreensão da essência do cotidiano institucional, o que implica o processo de construção de mediações, aliado ao processo de articulação entre conhecimento acadêmico e apreensão do campo. Tais questões são essenciais para problematizar o estudo em tela.

#### **4 CAPÍTULO- III IMPLICAÇÃO ENTRE O PROCESSO FORMATIVO E INTERVENTIVO DO SERVIÇO SOCIAL: A REALIDADE DO ESTAGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB.**

Esse capítulo refere-se a problematização da análise sobre a experiência do Estágio obrigatório em serviço social na UFRB. Para tanto, em consonância com os procedimentos metodológicos, a análise em questão deu-se em dois momentos, inicialmente, realizou-se a categorização e sistematização dos dados, levando em consideração a contextualização teórica para aprofundamento da discussão proposta. Em seguida, com base na categorização das questões formuladas, foram elencadas as seguintes categorias: perfil, inserção no campo, conquistas e avanços do estágio supervisionada, dentre outras. Ademais é importante ressaltar que a referencia fundamental esta nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/2006.

##### **4.1 A realidade do Estágio Supervisionado no curso de Serviço Social da UFRB: Conquistas e desafios para a formação profissional.**

O Estágio Supervisionado, como enfatizado no capítulo anterior, tem sido um espaço de conflitos e dificuldades, especialmente, no que tange o campo da mediação entre teoria e prática, sobretudo no cenário atual, como retratado nos capítulos anteriores, em decorrência das implicações da contra- reforma do ensino superior. Essa discussão tem permanecido em debate, sendo objeto de estudo de outros profissionais, haja vista o impacto sofrido pelos discentes mediante a inserção no campo de estágio, e conseqüentemente com o eterno dilema que na pratica a teoria é outra, ou seja de uma visão reducionista da aplicação da teoria na pratica. Tal discussão não pode ser ignorada no processo de formação profissional, pois envolve diretamente o processo de formação profissional.

Os relatos de Santos (2006), Coelho (2012) e Guerra(2012) afirmam que esse dilema é real e permanece em intenso debate entre os profissionais de Serviço Social.

Em 2005, fui abordada em sala de aula por alunos que tinham ingressado no estágio. Eles se diziam decepcionados com o que estavam presenciando nos campos, uma vez que em nenhum deles havia uma intervenção condizente com o que estavam aprendendo na universidade. A decepção aumentava ao terem como supervisores, em sua maioria, profissionais oriundos da universidade a qual estudavam e muitos deles formados a menos de cinco anos, ou seja, já com a implantação das novas diretrizes curriculares. Ouvi,

então, repetirem: parece que na prática a teoria é outra. (...) Não considero que esses sejam “falsos dilemas” ou “pseudoproblemas”. Na verdade o que tais afirmativas, verbais e escritas, expressam é a dificuldade de apreensão da relação teoria e prática e, conseqüentemente, da relação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da intervenção profissional, que rebate numa expectativa equivocada ao que se refere às potencialidades dos instrumentos e técnicas: ora supervalorizando-os, ora ignorando-os. Dificuldades essas, tanto por parte dos profissionais da intervenção quanto dos profissionais docentes. (SANTOS, p.14).

(...) permanece presente no Serviço Social brasileiro o discurso de segmentos do meio profissional que reitera e sistematicamente a disjuntiva entre teoria e prática. Os argumentos para ancorar o discurso que separa teoria e prática são expressões de diferentes concepções de mundo. Entre os muitos argumentos para justificar tal dicotomia há aquele segundo o qual são das vivências do cotidiano que emergem os saberes necessários para o exercício profissional e balizam a veracidade dos fatos. Historicamente, a disputa entre os projetos profissionais – conservador e progressista – no âmbito do Serviço Social pautam-se, dentre outros, pelos dilemas advindos das diferentes concepções da relação entre teoria e prática. (COELHO, p.1e 2).

Assim, a definição sobre o *que* e *como* fazer tem que ser articulada ao *porque* fazer( significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao *para que* fazer ( indicando as finalidades/teleológica do sujeito profissional) e ao *com o que* fazer( com os meios , recursos e através de que mediações ou sistema(s) de mediações. Nesta perspectiva de se entender as dimensões que dão forma e conteúdo a profissão, há que se considerar que elas só se realizam no espaço do cotidiano, e por isso encontram nesse peculiar espaço sua explicação racional, donde a necessidade de interpretá-lo a luz de uma teoria que seja capaz de revelar como se constitui esse espaço, que modalidade de intervenção ele demanda, que dimensões devem ser acionadas em respostas aos seus desafios.(GUERRA,p.43).

O questionamento supracitado não é tão recente<sup>51</sup>, mas se perpetua, estamos então todos equivocados sobre as potencialidades dos instrumentos? Qual a raiz dessa dificuldade teórica e prática que nos parece tão tortuosa. É nítido o estranhamento sobre o exercício profissional pelos sujeitos envolvidos no processo de Estágio Supervisionado obrigatório. Configurando-se em uma problemática que demanda novas estratégias de participação/capacitação continuada, com o objetivo de sondar possibilidades para avançar na efetivação da política de estágio, num esforço que requer apreender a totalidade das mediações em suas dimensões econômicas, sociais e culturais, mediante compreensão da atual conjuntura. Sendo fundamental para pensar e problematizar a realidade do estágio na UFRB.

A política de estágio, no curso de Serviço Social da UFRB, se materializa no contexto de expansão e interiorização das Universidades Federais, no estado da Bahia, marcadas pelas contradições, pode-se ressaltar que tal fato propiciou o ingresso de estudantes, advindo de

---

<sup>51</sup> Esse dilema é objeto de estudo no Serviço Social , como pode ser observado nas produções Netto(2002) e Yamamoto(2008). E recentemente sendo problematizada por Guerra(2012).

diversos municípios do Recôncavo da Bahia<sup>52</sup>. No contexto de uma realidade de universidade multi-campi, e da localização do curso em uma cidade pequeno porte, muitos são os desafios enfrentados para gestão colegiada do curso, especialmente, no que se refere ao processo de abertura, reconhecimento e apropriação dos espaços sócio-ocupacionais, e conseqüentemente, a consolidação dos campos de estágio. Considerando as implicações das condições éticas e técnicas do estágio, aliada a imediatividade de inserção dos discentes aos campos, e a ausência de um conhecimento mais sistematizado dos mesmos tem resultado em sérios problemas, no que se refere a inserção nos campos, as dificuldades de supervisão e deslocamento verbalizados pelos discentes confirmam a importância de repensar a implementação do estágio no curso de Serviço Social da UFRB.

As dificuldades de inserção dos discentes em Cachoeira cidade pólo do curso de Serviço Social tem ocasionado sérios problemas relacionados a questão da permanência do discente no campo de estágio e da realização da supervisão conjunta. Como relata os discentes: Um único supervisor acadêmico se viu no desafio de orientar estagiários em diversos municípios, o que dificultou as visitas, os acompanhamentos aos discentes e as articulações<sup>53</sup> nos espaços sócio- ocupacionais de estágios com o objetivo de aproximar os supervisores nas discussões de estágios, um momento propício para novas dimensões do fazer profissional no recôncavo baiano. Tal questão reflete na indissociabilidade da supervisão acadêmica e de campo, que nos moldes do contexto atual tem se agravado e se perpetuado causando grandes implicações no processo de ensino aprendido do processo de estágio.

É importante perceber que as limitações ao trabalho profissional perpassam tanto os campos de estágios, quanto a própria universidade que não possuem recursos para o desenvolvimento pleno dos campos de estágios. Os supervisores de campos, acadêmicos e estagiários se veem no desafio de ir além das condições postas, para criar ações concretas para a efetivação desse lócus de conhecimento, que se constitui o Estágio Supervisionado. Corroborando com Lewgoy (2009).

---

<sup>52</sup> O Território de identidade proposto pelo governo do estado sinaliza que o Recôncavo corresponde a uma área de 5.250,52 km composta por 20 municípios com população de 555.750 habitantes, dentre esses municípios destaca-se a cidade de Cachoeira, com 32.252 habitantes (IBGE, 2007), onde se localiza um dos campi da UFRB e o curso de Serviço Social. Sobre aspectos do recôncavo ver Santos (1998).

<sup>53</sup> A universidade também deve ter claro seu papel de contra partida, tanto para os supervisores de campo, quanto finalidades a longo prazo para a instituição que acolhe esses estagiários. Uma responsabilidade mútua entre espaço- ocupacionais de estágio e a universidade. Um exemplo interessante se encontra na Universidade Federal da Bahia, a qual possibilitou que os supervisores de campo tenha passe livre para cursar disciplinas, tanto na graduação como nos mestrados.



Há a necessidade de que as universidades estejam preocupadas em dar respostas aos desafios e impasses dessa nova ordem, formando um novo perfil de profissional, com posicionamento político, prontidão participativa e capacidade de relacionar-se com o mercado de forma competente, crítica e participativa. Isso se faz reformulando currículos, criando novos cursos e qualificando os estagiários, como um dos instrumentos de relação universidade- sociedade (LEWGOY, p.152).

Acredita-se que a centralidade do estágio obrigatório deve ser pautada no processo de formação profissional, haja vista a relevância que o mesmo ocupa, daí a necessidade de problematizar os seus dilemas e ressaltar os seus avanços, pois, assim pode-se contribuir para a sua consolidação no bojo de reafirmação das diretrizes curriculares.

É importante salientar que se optou em traçar o perfil dos discentes por entender que a contextualização sócio-econômica tornou-se um fator importante para entender os reais problemas vivenciados pelos discentes no processo de estágio obrigatório.

#### **4.2 Perfil dos discentes pesquisados**<sup>54</sup>

Para analisar o perfil dos discentes, concluintes do curso de Serviço Social, foram utilizadas as seguintes categorias, a saber, idade, sexo, situação conjugal, atividade remunerada, local de origem, e local que reside atualmente.

##### **Sexo**

De acordo com as respostas dos discentes pesquisados, 92% dos estudantes são do sexo feminino, e 4% do sexo masculino, o que indica uma posição majoritariamente feminina. Os Cursos de Serviço Social, de acordo com dados do INEP/MEC de 2003<sup>55</sup> lideram entre os que possuem o maior percentual feminino. Esse componente é de suma relevância para compreender a feminização da profissão no mercado de trabalho, no que tange as condições de trabalho e subordinação profissional nas instituições, além dos diversos significados<sup>56</sup> dessa profissão de caráter majoritariamente feminino

---

<sup>54</sup> Ver perfil sócio-econômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no artigo: **O curso de Serviço Social no Recôncavo baiano: os desafios na formação profissional**, Dra. Valéria dos Santos Noronha Miranda. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UFRB, e Msc. Simone Brandão Souza. Professora Assistente do Curso de Serviço Social da UFRB.

<sup>55</sup> Ver Iamamoto(2008:446 e 447) sobre os Cursos com os maiores percentuais de matrículas do sexo feminino em 2003 segundo informações do INEP/MEC.

<sup>56</sup> É importante fazer referência ao processo de imagem da profissão na história, ou seja, a visão ainda presente do sentido de ajuda, ligada das damas de caridade, mesmo com os avanços consideráveis no seio da profissão. Além do preconceito ainda presente aos homens que fazem opção pelo curso.

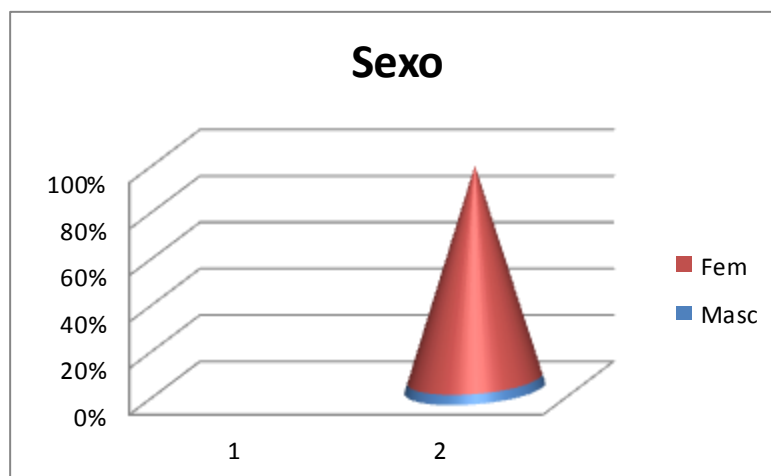
[...] dentre os cursos com os dez maiores percentuais de matrículas do sexo feminino no Brasil, em 2003, os cursos de Serviço Social (...) lideram os de maior percentual feminino. Ou seja, do total de 31.963 de matrículas nos cursos de Serviço Social e Orientação em 2003, 30.001 são do sexo feminino, o que faz da questão da mulher (ou de gênero) determinantes-chaves para decifrar o trabalho do assistente social: o mercado e as condições de trabalho, a efetivação das competências e atribuições profissionais, a imagem social da profissão e os dilemas da identidade profissional. (IAMAMOTO 2008, p. 447).

O processo de luta para reafirmação do espaço da mulher no mercado de trabalho, a busca pelo seu reconhecimento profissional, retrata as disparidades e distorções na inserção da mulher no mercado<sup>57</sup> de trabalho. Essa luta por melhoria no campo de trabalho, salário digno, refletem conseqüentemente nos rumos do serviço social, implicando nos avanços da própria da profissão, tendo em vista que o Serviço Social é ainda umas das profissões majoritariamente feminina, de modo que gera uma paradigma entre os caminhos da profissão e os conflitos de gênero trazidos pela nossa sociedade.

### **Gráfico -1-**

---

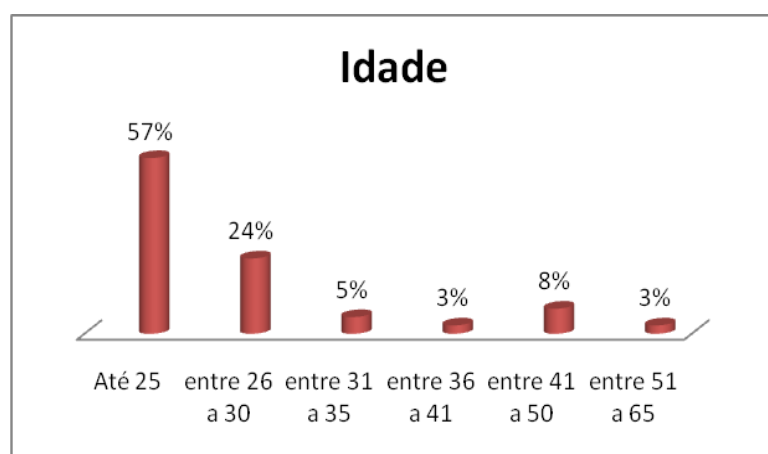
<sup>57</sup> O mercado de trabalho reflete as condições desleais entre homem e mulher, as mulheres sempre recebendo salários mais baixos que os dos homens, mesmo possuindo as mesmas qualificações e competências



#### 4.2.1 Idade, ocupação e situação conjugal.

Quanto ao aspecto geracional, observa-se a concentração de jovens, com 81%, sendo 57% correspondem à faixa etária até 25 anos e 24% o intervalo entre 26 a 30 anos. Com percentuais menores, mais significativos, pode-se destacar a presença de discentes com mais de 40 anos. (Gráfico 01). É importante salientar que em termos de ocupação<sup>58</sup>, observou-se que apenas 32% dos discentes exercem atividade laborativa, dentre os quais, concentra-se maior percentual os discentes acima de 30 anos.

Gráfico- 2

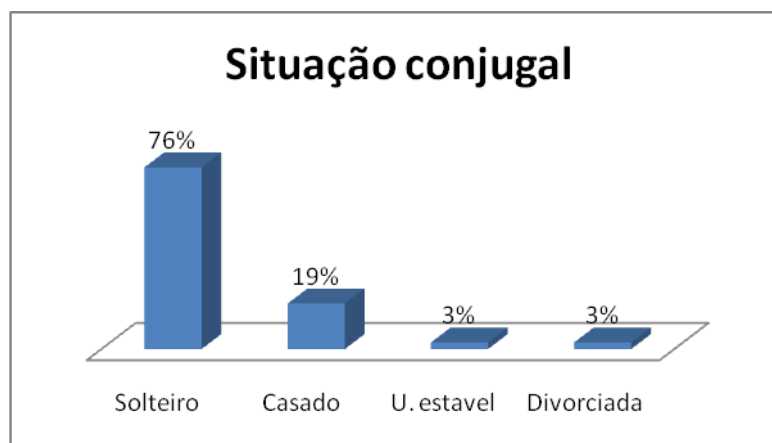


No que diz respeito à situação conjugal dos discentes, pode-se afirmar que a grande maioria 76% é solteira, os casados somam 19%, além de 3% dos entrevistados declararem

<sup>58</sup> . Quanto a inserção no mercado de trabalho , observou-se que majoritariamente são funcionários públicos. O que justifica a possibilidade de se cursar em turno vespertino.

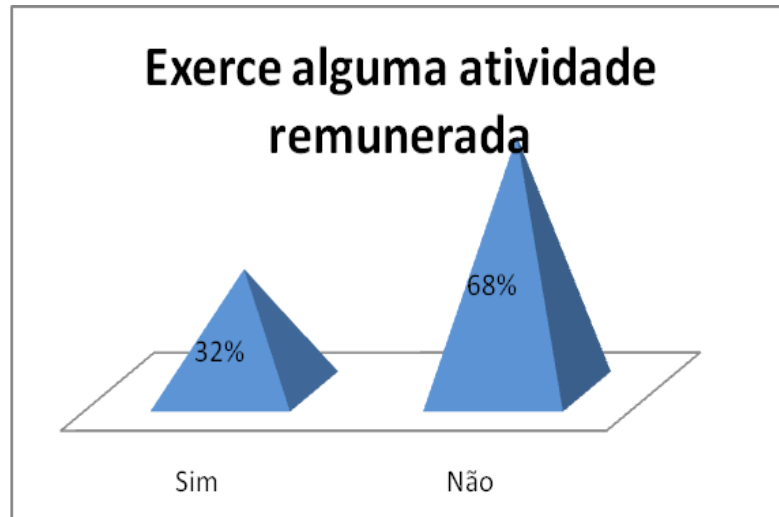
terem união estável. Apenas 3% dos discentes informaram a opção desquitado/divorciado/separado.

**Gráfico- 3**



Pode-se inferir que a condição de solteiro, reflete-se na tendência posta pela atualidade a respeito dos casamentos tardios, de acordo com os resultados finais e consolidados do IBGE, em 2012 foram apresentadas mudanças nas formas de relacionamentos dos brasileiros, em 10 anos diminuíram-se os casamentos e mais famílias optam por não terem filhos, Os solteiros representam mais da metade da população (55,3%), ascendendo 0,5 pontos percentuais em relação a 2000 (54,8%). O número de casados caiu de 37,0% para 34,8%. Além da preocupação que perpassam a vida de mulheres e homens no que tange a inserção no mercado de trabalho.

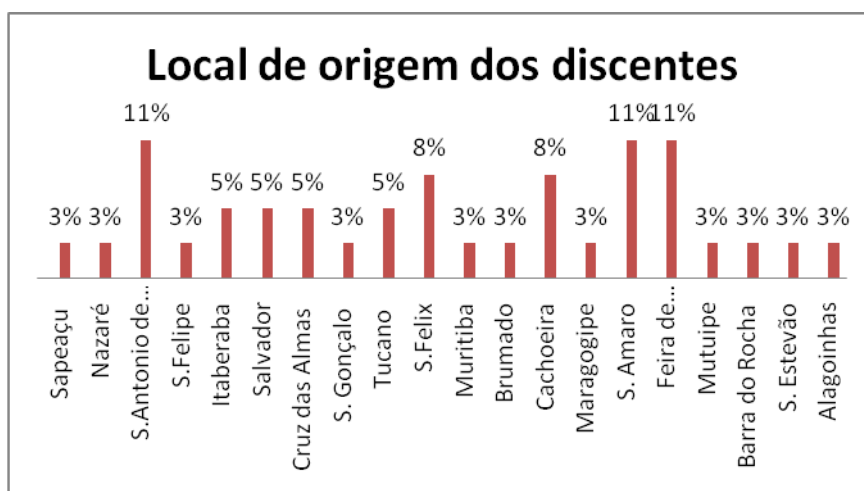
Gráfico- 4



#### 4. 2.2 Local de origem dos discentes.

No que tange a origem dos discentes, os dados evidenciaram que há uma grande concentração de indivíduos provenientes dos municípios que integram o território do Recôncavo da Bahia, cidades como Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Maragogipe, Muritiba, São Felix, dentre outras, Pode-se destacar uma parcela significativa oriunda de outros territórios do interior do estado, tais como: Itaberaba, Brumado, Alagoinhas, Santo Estevão. Nessa direção, torna-se importante reafirmar que UFRB, enquanto, a primeira universidade pública a ofertar o curso de Serviço Social, no contexto de expansão e interiorização das universidades públicas, tem contribuído significativamente em atender a demanda de inserção de ensino superior no interior do estado da Bahia. Esse realidade pode ser confirmada no gráfico abaixo, pois todos os discentes são originários do estado.

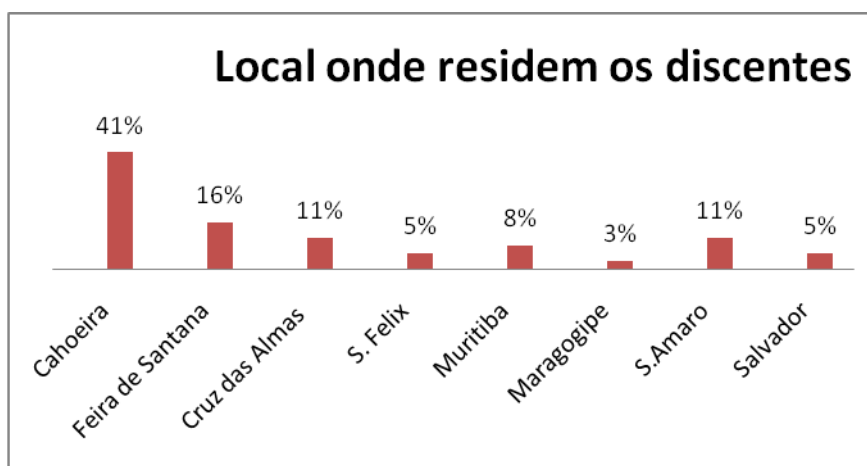
Gráfico – 5



#### 4.2.3 Local onde residem os discentes

Essa categoria é fundamental para o estudo, pois mostra as reais dificuldades para a permanência no processo universitário, e conseqüentemente para realização e conclusão dos estudos. Os resultados revelam que a maior parte dos discentes reside em Cachoeira, cidade sede do curso de Serviço Social. Cabe relacionar ainda que 41% dos discentes não são oriundos de Cachoeira, mas, permanecem na cidade tendo em vista a distancia das cidades de origem, haja vista a distância que gira em torno de 3hs a 8hs, Com percentuais menores, destacam-se os discentes que moram nas cidades de Feira de Santana (16%), Cruz das Almas(11%), São Félix, Muritiba, Maragogipe, Santo Amaro e Salvador, os quais se deslocam por meio da utilização de serviços de transportes particulares.

Gráfico- 6



#### 4.2.4 Inserção no campo de estágio

Cabe considerar que a inserção no campo de estágio merece uma análise criteriosa tendo em vista as dificuldades aliadas a inserção e permanência dos discentes, o que tem acarretado em vários dilemas, os quais serão problematizados a seguir.:-

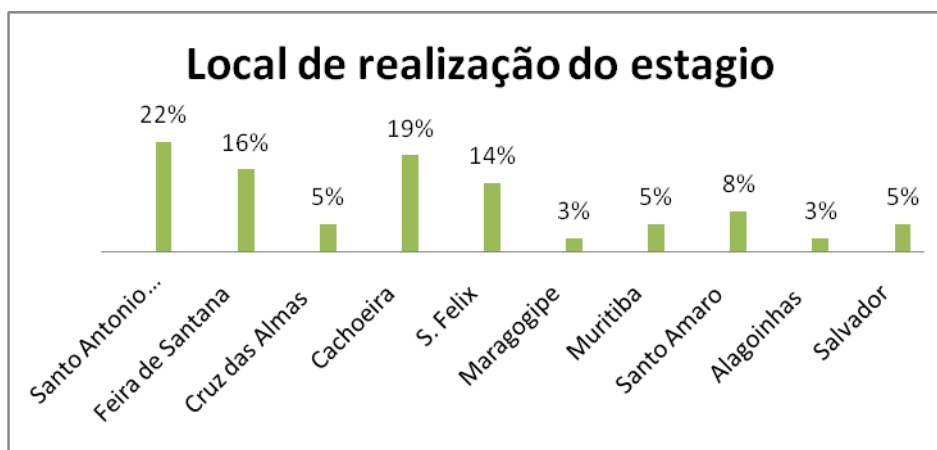
#### 4.2.5 Local de realização do estágio.

No que se refere a distribuição dos discentes nos respectivos campos de estágio, constatou-se que em decorrência da impossibilidade de inserção em Cachoeira, cidade pólo, abrangeu-se a diversidade de municípios, dentre os quais , destacam-se : Santo Antônio de Jesus que recebeu 22% dos estagiários, uma porcentagem considerável, além da cidade Salvador, e Feira de Santana . Tal questão tornou-se um dos entraves para a permanência do estágio, tendo em vista que muitos dos discentes fizeram estágios em outras cidades, diferentes das suas cidades de origem e da cidade sede do curso. Apenas 41% dos discentes<sup>59</sup> fizeram estágios nas cidades onde residiam. É importante considerar que houve na época de seleção dos campos um esforço para que os estágios fossem realizados nos municípios que integram o Recôncavo, priorizando os locais em que residiam os discentes. O que não foi possível, conforme os dados 59% dos discentes tiveram que se descolar para outras cidades. Entretanto, faz-se necessário compreender as reais condições e suas implicações para os estudantes que tiveram que pagar pelos custos de deslocamento dos campos, além dos

<sup>59</sup> Os custos financeiros de deslocamento do estágio ficaram na responsabilidade dos discentes.

supervisores acadêmicos que tiveram dificuldades para visitar esses campos. Tais condições refletem consideravelmente na qualidade dos estágios e nos sinaliza elementos importantes para repensar o estágio obrigatório na atualidade.

**Gráfico - 7**



#### **4.2.6 Sobre o estágio: remuneração, natureza da instituição e área de atuação.**

Em linhas gerais os estágios foram realizados em diversos municípios, sendo que 22% dos discentes fizeram o estágio na cidade de Santo Antônio de Jesus, 19% em Cachoeira, 16% na cidade de Feira de Santana, e 14% em São Felix. Quanto a remuneração dos estágios, observou-se que um número reduzido dos discentes foram contemplados com incentivo financeiro (3%). Levando em consideração o estágio curricular como uma disciplina obrigatória de natureza diferenciada, como preconizada pela diretrizes e PNE, aliada as suas particularidades no tocante a inserção, pode-se evidenciar os reais impactos das condições de trabalho na permanência nos estágios.

Quanto a natureza dos espaços sócio-ocupacionais dos campos de estágios, verificou-se a predominância do setor público, com 64%, apontando a maior incidência para o municipal( 43%), enquanto, as esferas estaduais e federais, aparecem respectivamente com 16% e 5%. Com percentuais menores, aparecem as instituições filantrópicas e privadas, com 5%. Além da opção outros, com 24%.<sup>60</sup> Tais resultados, reafirmam as tendências apresentadas pelos estudos de mercado de trabalho realizados nos últimos anos, e especial, os estudos que estão sendo desenvolvidos sobre o mercado na área do Recôncavo da Bahia, no

<sup>60</sup> Os pesquisados não especificaram a natureza.



que diz respeito a ao crescimento da inserção dos profissionais no setor público<sup>61</sup>, em face ao processo de municipalização das políticas públicas. (SILVA, 2012), Quanto a esse aspecto, Yamamoto ressalta: “o assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras”. (2009, p. 345).

É necessário salientar que apesar do setor público ser o maior empregador, o mesmo não se esquivava dos “efeitos deletérios da Reforma do Estado do campo do emprego e da precarização das relações de trabalho” (Yamamoto, 1998, p.123).

É dentro desse contexto que o trabalho e as condições de trabalho dos assistentes sociais sofrem os rebatimentos das mudanças do mundo do trabalho, sendo crescente o processo de precarização do exercício profissional, quer seja, por meio dos vínculos empregatícios e/ou pelas condições de remuneração.

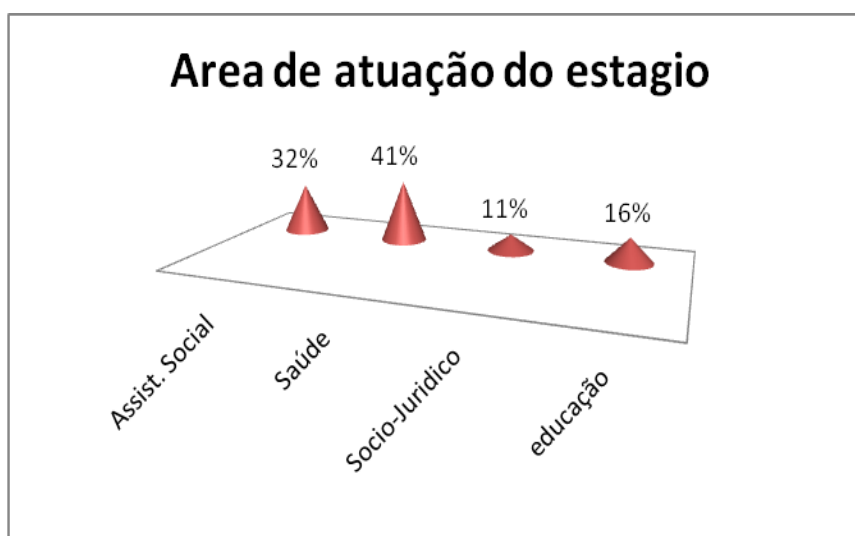
Sobre as áreas de atuação, os dados apontam que a inserção dá-se, prioritariamente, nas áreas tradicionais do Serviço Social, a saber: a saúde (41%) e assistência (32%). Cabe salientar que a absorção dos profissionais nessas áreas podem ser atribuídas/relacionadas diretamente a implementação do sistema único de saúde, com o SUS, e especialmente, aos programas de humanização de saúde. E na assistência, pode ser associado a implementação do SUAS. Ademais, destacam-se as áreas de educação<sup>62</sup>, com 16% e sócio-jurídico, com 11%.

---

<sup>61</sup> De acordo com dados da pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Conselho Regional de Serviço Social -CRESS/9ª, Yamamoto (1998) afirma que o setor público tem sido o maior empregador de assistentes sociais.

<sup>62</sup> O Serviço Social tem construído um espaço nessa área, haja vista os concursos no IFBAIANO mediante concursos para assistentes sociais e conseqüentemente aberturas de vagas de estágios.

Gráfico- 8



#### 4.2.7 Mudança de campo no decorrer do estágio

Os resultados revelam que 65% dos discentes permaneceram no campo de estágio, 30% mudaram de campo e 5% não responderam. Quanto aos motivos atribuídos para mudança de campo de estágio, destacam-se: a) o deslocamento, decorrente da distância entre a cidade de origem e do campo de estágio e do custo alto para sua manutenção, b) Supervisão c) não identificação com a área, d) implementação do projeto de intervenção.

**Além de problemas de afinidade com a área de atuação; “ incompatibilidade com a atuação do profissional de campo”(D.15), “ pela ausência de assistente social na instituição”(D16), de acordo com os relatos dos discentes, os problemas de permanência no campo estágio, se deu por vários motivos, sendo que o deslocamento foi o mais relatado, ficando na frente dos conflitos que envolve a relação Estágio x Supervisão.**

Cabe considerar que a questão de deslocamento, tornou-se um dos principais problemas enunciados pelos discentes para permanência no campo de estágio, haja vista, o elevado custo de permanência, aliado aos problemas de transportes. Tais questões apontam para a necessidade de repensar políticas de assistência estudantil que possa assegurar condições para viabilizar o acesso a bens e serviços no âmbito institucional da UFRB.

Ademais, a questão da supervisão foi apontada, pelos discentes, como um dos fatores que contribuíram decisivamente para sua mudança de campo. Quanto a essa questão, cabe salientar que as principais alegações dos discentes foram dirigidas ao posicionamento dos

profissionais acerca das condições éticas e técnicas, especialmente, quanto as limitações técnicas e um certo conservadorismo presente no exercício profissional.

#### **4.2.8 Realização do estágio na área desejada**

No que tange a área de interesse, os dados mostram que 54% fizeram estágio na área desejada, 41% relataram que não fizeram o estágio na área esperada, e 5% não responderam.

Ressaltar que apesar da maioria ter realizado estágio nos campos desejados, observa-se um percentual significativo de discentes que não realizaram, o que nos remete as reflexões elucidadas no capítulo II, quanto as reais dificuldades de operacionalização da política de estágio nas unidades acadêmicas, especialmente, no contexto atual, marcado pelo crescimento de oferta de cursos presenciais e a distância de Serviço Social na Bahia, o que tem levado a processo acirrado de concorrência pelos campos, aliados ainda as suas precárias condições. É nesse tortuoso momento em que se processa o estágio, com seus campos cada vez mais restritos, imersos a condições precárias de realização. Além disso, existe um grande desafio para a universidade, que deve trabalhar no sentido de fortalecer esses campos, no investindo na formação continuada dos profissionais e outras iniciativas.

Dentre as áreas requisitadas pelos discentes, sobressaem as ligadas ao campo Sócio – jurídico e da Saúde. Convém frisar que parte dos discentes declaram seu desejo de ter feito o curso de Direito e por isso a vontade pela área sócio- jurídica.

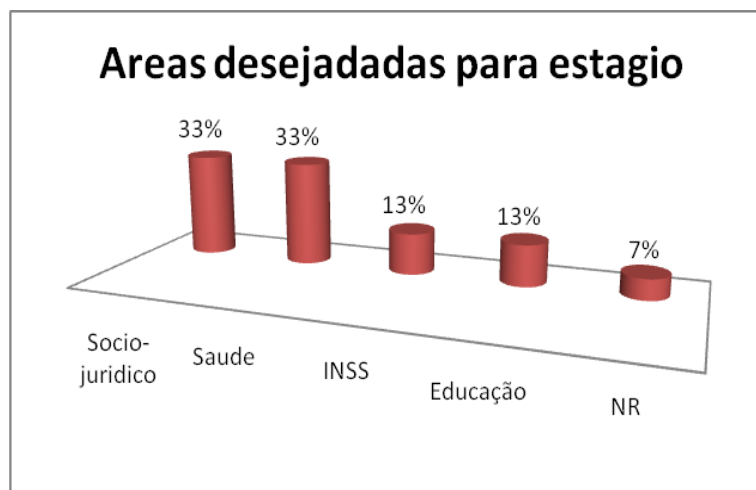
“minha primeira opção era Direito, gosto da área”(D.30); “pelo desejo anterior de fazer o curso de Direito” (D.4).

Quanto a área de saúde foram atribuídos pelos discentes o fato de ter sido um dos campos mais priorizados na formação, conforme sinaliza o depoimento abaixo: "foi muito debatido em sala de aula, sendo tema de disciplinas e grupos de pesquisas “as discussões em sala de aula”(D.9) teve influencia no desejo dos discentes em ir para o campo e assim conhecer a área na pratica.

Ainda sobre a impossibilidade da inserção nos campos, acima elencados, é possível afirmar as dificuldades decorrentes da área sócio – jurídica, no que diz respeito a carência de profissionais nesse campo, pois, não havia vagas para Cachoeira, sendo ofertados, ainda assim, restritos, nas cidades de Salvador e Feira de Santana, o que nos leva a reafirmar as condições de permanência no estágio. Já a área da saúde, atribui-se, o principal motivo da

impossibilidade de realizar o estagio a elevada demanda de discentes que optarão por ela , não havendo disponibilidades de campos para todos os que desejavam estagiar na área da saúde.

**Gráfico -9**



Mesmo parte dos discentes não realizando o estagio no campo desejado, a maioria 62% relatou que “o campo de estagio revelou –se interessante e vasto”(D.8), e 30% afirmou que não houve qualquer identificação, É importante ressaltar que, segundo muitos depoimentos, a não identificação com o estágio foram atribuídas a problemas relacionados diretamente a supervisão, autonomia relativa<sup>63</sup> e atribuições. Como pode ser ilustrada nos depoimentos abaixo:

Falta de orientação da Supervisora de campo ( D.27);

As atividades desenvolvidas na instituição não eram de autonomia da supervisora, mas sempre subordinada a outros que não eram formados em Serviço Social(D.17);

o aprendizado acerca do Serviço Social na saúde mental foi ínfimo principalmente relacionado a pratica interventiva, pois a assistente social não desenvolvia suas atribuições(D.22).

Os discentes relataram, em muito das falas, sobre a burocracia e tecnicismo que permeia o trabalho do assistente social nas diversas instituições. Conforme ilustração abaixo:

<sup>63</sup> Sobre autonomia relativa no cotidiano profissional do assistente social, ver Iamomoto(2008).

O trabalho desenvolvido na área da Saúde é muito burocrático e tecnicista (D.18);  
o trabalho era muito administrativo e burocrático (D.30); A área muito burocrática e enfadonha(D.33);  
(...) o trabalho do assistente social é muito restrito e precarizado, chegando a prejudicar o atendimento aos usuários(D.34);  
Percebi (...) que a pratica do assistente social é meramente burocrática pautada na viabilização operacional da demanda institucional(D.37)

Os questionamentos supracitados pelos discentes no que se refere ao exercício profissional dos assistentes sociais nos espaços – ocupacionais é importante para perceber que existem inúmeras implicações para a efetivação do trabalho desse profissional, compreender que existem *possibilidades e limites* na realização da profissão. Os desafios enfrentados pelos profissionais nos espaços sócio- ocupacionais são diversos, a exemplo: a precarização dos espaços ocupacionais tem perpassado a atuação do assistente social em suas várias dimensões, estrutura física, recursos financeiros e humanos, baixos salários dentre outros. Com isso, pode-se afirmar que é nesse contexto, que os profissionais sofrem os rebatimentos das mudanças do mercado de trabalho, o que requer o investimento no processo de luta para fortalecimento das condições de trabalho e do seu investimento intelectual, no sentido de viabilizar a garantia da qualidade dos serviços prestados a população. Para tanto, é necessário torna-se um profissional propositivo que sai do fatalismo e implemente e efetive seu projeto profissional mediante orientação do projeto ético político do Serviço Social.

O exercício da profissão (...) é uma ação de um sujeito profissional que tem competências para propor, para negociar com a instituição os seus projetos e defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades. (...) As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais, cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos desenvolve-las transformando -as em projetos e frentes de trabalho. (IAMAMOTO, p21-22 2008).

O assistente social vem sendo impulsionado a criar possibilidades, ações e estratégias nas condições mais impossíveis, o que não significa que o profissional tudo pode realizar, é necessário apreender as possibilidades e limites da realidade social em cada espaço – ocupacional. Para que não se tenha, segundo Iamamoto (2008) uma visão “heróica da profissão”.

Olhar para fora do Serviço Social é condição para romper tanto com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com

a visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. (IAMAMOTO, p.22).

### 4.3 Visão sobre o estagio

Sobre as concepção de estágio - obrigatório apresentadas pelos discentes, observaram-se aspectos conflituosos/contraditórios no que se refere a apreensão dos conhecimentos relativos ao fazer profissional e sua realidade, “meu estágio foi confuso, aprendi pouco, na verdade sai com duvidas e mais duvidas sobre o exercício profissional”(D30), Tal relato mostra um conflito e uma falta de articulação entre o processo de *formação profissional* e o *processo interventivo* do Serviço Social, de acordo com Santos (2010) a prática é o espaço em que se origina, realiza – se e confronta –se o conhecimento, sendo o local em que a realidade se põe. Já o âmbito da teoria, por sua vez, na concepção do materialismo histórico-dialético<sup>64</sup>, se configura como âmbito da produção de conhecimento, considerado assim, as finalidades ou resultados ideias para a ação. Por isso, é importante compreender que teoria é essa? E quais ações ou respostas são esperadas pelos discentes. É necessário frisar, que:

O que caracteriza a pratica é ser uma ação direcionada a um objeto com finalidade de transformar-ló (...) mesmo que não se tenha consciência dessa finalidade, porém, o resultado final é um produto efetivo, real, que nem sempre é aquele idealizado. Assim, a prática implica, necessariamente, objetivação. (SANTOS, p.31.201).

Nota-se que o trato dessa questão trouxe momentos de muita angustia para os discentes, em face ao processo de apreensão da teoria, na visão materialista, a qual não fica muito bem clara para os discentes, e conseqüentemente, os mesmos não concebem as contradições.

As implicações entre o processo de formação profissional e o processo interventivo apresentaram muitas inquietações para a experiência de estagio, sendo observado na maior parte dos relatos. Nesse sentido, torna-se importante perceber os limites da profissão nos diversos espaços, a efetivação do trabalho realizado na instituição, muitas vezes não é de responsabilidade apenas do assistente social, e o discente não apreende o que está por trás do profissional tido como “incompetente”, e das suas “atribuições” com direções contrarias as orientações do projeto ético – político do Serviço Social.

Nessa direção Coelho (2012) aponta que:

---

<sup>64</sup> A teoria critica não se transforma em pratica critica de um dia para noite e por isso é importante observar as mediações que devem ser feitas com objetivo de apreender a totalidade na singularidade.

A consciência assume um papel fundamental no processo de descortinamento da aparência, pois o que aparece não é mera aparência, é a expressão de uma essência. Aparência e essência são constitutivas do real. A essência é o conjunto das relações sociais em sua totalidade. A realidade em suas múltiplas determinações somente pode ser apreendida pelo pensamento por meio da razão histórico-crítica. A realidade é captada processualmente pela consciência, em um movimento dialético, que parte da realidade e retorna para si e faz novamente o caminho inverso, de si para a realidade. Trata-se de um movimento de superação, que alça a consciência a patamares cada vez mais elevados. Nesse processo articulam-se singularidade, particularidade e universalidade(p.136).

Há questões que merecem serem identificadas no processo de *formação profissional*, a exemplo do movimento do conhecimento, o que significa compreender e apreender a realidade, levando em consideração os diferentes fatores que estão sujeitos a esse processo. Nessa direção, a busca pela apreensão do conhecimento dá-se no processo de formação profissional, Para tanta, a Universidade se constitui em um meio propício a essa realização mediante a implementação efetiva das Diretrizes Curriculares. Já o processo o de *intervenção* da realidade se torna muito mais complexo, primeiro porque é um movimento que não depende de um único profissional, depende de outras áreas do conhecimento, depende também da compreensão dos envolvidos no processo, seja ele o autor da mudança ou ele o afetado<sup>65</sup> pela mudança. E é aqui que entra uma característica importantíssima do assistente social, a de informar, e assim, participar dos processos de transformação ao lado da comunidade. Aspectos fundamentais para vivencia do estágio, e que muitas vezes não são apreendidos. Daí o desafio do estágio constitui- se em um lócus para essa materialização.

#### **4.4 Avaliação do aprendizado acerca dos fundamentos teórico – metodológico, ético – político e técnico - operativo para subsidiar o estagio**

Quando indagados acerca dos fundamentos teórico- metodológico, ético – político e técnico - operativo, como subsidio para o estagio, dentre os relatos, destacam-se : 32,43% afirmaram que, *os conhecimentos foram contemplados no transcorrer do curso*, ou seja, houve aprendizado acerca dos conhecimentos supracitados, Já 16,22% concluíram que os conhecimentos foram relevantes para apreensão do ensino da teoria, e sua relação com pratica. 29.73% declaram que, *o conhecimento adquirido foi insatisfatório*. Apesar dos

<sup>65</sup>Aqui deve ser entendido no sentido de todos da realidade envolvida, inclusive o usuário do serviço, e assim perceber se tal mudança pretendida vai ser positiva na para o usuário do serviço-, é necessário uma retorno concreto ao usuário, ou então não é possível intervir na realidade.

discentes apresentarem um posicionamento relevantes acerca da apreensão dos conhecimento , a verbalização apontou aspectos contraditórios a saber:

- a) Os conhecimentos teórico- metodológico, ético –politico e técnico operativo foram considerados importantes para a inserção no campo de estagio, e as criticas a realidade do estagio é decorrente da compreensão e apreensão dessas dimensões adquiridas no processo acadêmico, ( *criticas a instituição de estagio, a precarização do trabalho do assistente social, além dos direcionamentos contrários ao projeto ético-político, praticados pelos profissionais, supervisores de campos no cotidiano de trabalho*).

Esse entendimento pode ser observado no relato abaixo, quando o discente critica a falta de articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos no exercício profissional.

“As dimensões referidas são fundamentais para subsidiar a pratica profissional, estás devem ser tratadas como unidades, contudo no estagio não conseguir perceber por parte dos assistentes sociais o relacionamento das três dimensões, o que se vê na pratica é a supervalorização do instrumento de trabalho, tornando-o burocrático e técnico”(D.18)

- b) Outro aspecto evidenciado nas falas refere-se a distante relação entre formação e exercício profissional , ocorre que nesse caso também houve o conhecimento das dimensões, no entanto, esses discentes ficaram no conflito entre , o que estaria “adequado ”a realização do trabalho do Assistente Social: o que foi apreendido mediante a formação acadêmica? Ou, a realidade vivenciada no estagio? É importante perceber que houve por parte dos discentes a supervalorização da prática, em detrimento da teoria, considerando o mercado de trabalho como fim do processo, visto como o marte da construção profissional do Assistente Social, as respostas mostram uma hierarquia que põe, o mercado de trabalho como a base principal de sustentação da profissão, afirmando que (...) “a teoria é utópica, quando comparada com a realidade” (D.17).

É importante perceber que o exercício profissional é historicamente determinado por condições econômicas, politicas, sociais e culturais que resulta no modo de ser da sociedade que a produziu, nessa direção corroborando com Coelho(2012).

(...)refletir acerca da pratica profissional do assistente social significa apreende-la em suas dimensões objetivas e subjetivas.Implica, portanto, estabelecer os nexos constitutivos entre a pratica profissional e as relações sociais na sociedade capitalista que criam e recriam sua necessidade para intervir nas sequelas da questão social, a fim de



apreender suas determinações sócias objetivas, sua direção social e o sentido a ela atribuído por seus agentes.(p,135).

Significa então afirmar que não existe pratica “descolada de intencionalidade”, mesmo quando se trata de ações rotineiras e burocráticas elas se encontram permeadas por uma direção social, o que motiva seu significado e objetiva valores.

O debate referente á prática envolve os assistentes sociais, divide opiniões, vem de longa data e remete á própria natureza da profissão. A ênfase á pratica profissional, em detrimento das demais dimensões que norteiam e perpassam o exercício profissional, é justificada recorrentemente, no interior da profissão, em razão de sua funcionalidade e assume diferentes conotações de acordo com a direção sociopolítica a ela intrínseca: apostolado, assistencialista, imediatista,dialógica,mimética,reiterativa, burocrática, reposicionada, conectada a estratégia da qualidade total, e a pratica histórica-critica. (COELHO, 2012, p.136).

Diante do exposto, observa-se que existe uma grande confusão, entre o que foi apreendido no campo de estagio, e o que foi visto no transcorrer do curso. A estranheza entre a relação teoria e pratica, mesmo nas respostas que atribuíram um caráter satisfatório ao aprendizado das categorias, nota –se muitas criticas a formação acadêmica, o que vem a ser considerado como ponto positivo, já que a critica e a descoberta da realidade do campo é decorrente de um apurado aprendizado teórico fundamentado:

“(…) pelo o que eu vivenciei no estagio não deu para aplicar na pratica os fundamentos teórico metodológicos, ético – político e técnico-operativo, tal pratica, quando realizadas foram em raros momentos. (...), tais questionamentos eram levados para a supervisão acadêmica onde era debatidoa atuação profissional. Mas esse contínuo exercício de análise da prática profissional sem duvida se deu devido ao conteúdo dado em sala de aula” (D.37)

Ademais, com percentuais menores, aparecem os seguintes relatos: 8,11% declaram que a aprendizagem foi incompatível com a realidade –e com os mesmos percentuais aparecem os discentes que -afirmaram que há o aprendizados dos fundamentos foi satisfatório. -Enquanto 5.41% ressaltaram que não houve qualquer aprendizado relacionado a essas três dimensões., Cabe ainda pontuar as indagações dos discentes quanto ao aprendizado técnico-operativo, uma vez que o mesmo foi considerado não foi suficiente para subsidiar o processo de estagio<sup>66</sup>.“(…) o técnico operativo poderia ser mais explorado, pois o que sei de técnico

<sup>66</sup> Esse aspecto é importante para apontar dificuldades ou insuficiência da formação profissional no que tange à dimensão técnico – operativo no processo de formação profissional.

operativo aprendi no estagio e não na sala de aula”(D.04). É sustentado aqui, um questionamento já conhecido pelo Serviço Social.

(...) o problema relativo aos instrumentos e técnicas na formação profissional do assistente social fundamenta-se em uma compreensão inadequada sobre teoria e pratica no materialismo histórico – dialético, rebatendo, igualmente, em uma visão inadequada das dimensões da intervenção profissional. (SANTOS, p.13, 2010)

Espera –se que, a teoria apreendida no curso de Serviço Social, ou seja, a teoria social critica, se transforme rapidamente em pratica critica devidamente fundamentada por Marx<sup>67</sup>. O processo acadêmico proporciona o conhecimento da teoria para uma pratica, no entanto é importante perceber que a existência da relação dialética entre teoria e pratica, no *materialismo histórico*<sup>68</sup> não é dada pela realidade de forma imediata, e o desvelamento dessa realidade, encaminha o ponto central para o desenvolvimento da pratica profissional, não existe apenas um único conhecimento para a pratica, mas é verdade que existe uma teoria que fundamenta o exercício profissional do Assistente Social, e é essa descoberta que opera criticamente em mediações na realidade social.

Diante disso, de acordo com Guerra (2012) aqui se coloca a necessidade de utilização de instrumentos e de procedimentos que possibilitem a apreensão da realidade para além da imediaticidade, a saber: temos:

A pesquisa e analise permanente e sistemática da instituição, que tem de ser relacionada com uma analise histórica da conjuntura a luz dos aspectos estruturais e determinações universais do capitalismo, elaboração de um plano do estagio e de um projeto de intervenção, o investimento em atividades de registro e sistematização da pratica. Estes constituem procedimentos e habilidades indispensáveis a serem desenvolvidas no espaço de estagio.(GUERRA,2012.p,59).

A formação acadêmica no Serviço Social dá -se de forma “generalista”, sendo que é nas pesquisas, em matérias optativas e no próprio campo de estagio que surge a oportunidade de conhecer em “profundidade” as áreas desejadas mediante seus instrumentos , seja ela: saúde, educação, sócio- jurídica ou assistência social, dentre outras. Ocorre que, as falas apontaram

---

<sup>67</sup> Os níveis de apropriação a Marx para fundamentar o suporte teórico do Serviço Social, se dar de forma cada vez mais complexa, como primeiro momento de apropriação a essa teoria temos o então Movimento de Reconceituação: ver Netto(1996) e Iamamoto(1998).

<sup>68</sup> O materialismo pressupõe que a realidade é anterior ao pensamento, ou seja, a matéria existe antes de existir um pensamento sobre ela. Nesse caso, existe outros conhecimentos acerca de uma mesma realidade, no entanto, nosso fundamento Teórico- metodológico, ético – politico e técnico operativo é fundamentado/sustentando pelo Materialismo Histórico dialético. Ver Santos (2010) em sua obra, Na Pratica a Teoria é Outra.

que o não conhecimento sobre as especificidades da área de estágio foi trazida a tona como uma falha do processo acadêmico sendo que:

“O Curso de SESO pouco oferece embasamento teórico sobre o campo da assistência social onde estagiei, ou seja, os conhecimentos passados foram insuficientes para o estágio”.  
(D. 33)

Conhecer as especificidades do campo de estágio, acaba sendo um processo do próprio momento de estágio, mediante suporte teórico- metodológico, ético – político e técnico – operativo do Supervisor acadêmico e do supervisor de campo. Todos os campos de estágio possuem suas especificidades e conhecimentos teóricos próprios da área, e o não aprofundamentos dessas dimensões foram vistas como empecilho para realização do trabalho. Tais indagações podem sinalizar problemas na apreensão dos fundamentos tendo em vista a concepção generalista do ensino da profissão.

No entanto, é importante frisar que o Estágio Supervisionado é um momento de conhecimento e aprendizagem sobre o fazer profissional, de caráter inteiramente acadêmico, contudo é importante compreender como o estágio se efetiva, pois o estagiário funciona como um trabalhador dentro do mercado de trabalho altamente competitivo, de forma que o discente se ver na angustia de aprender e desenvolver o trabalho o mais rápido possível,( entrevistas, estudo sócio – econômico, parecer/ encaminhamentos, reuniões, visitas domiciliares, trabalho com grupo, anamnese).

Quando indagados sobre a utilização de instrumentos técnicos no processo de estágios, os discentes relataram que no período de estágio, houve utilização de diversos instrumentos, a saber: a entrevista foi citada 26 vezes, o estudo socioeconômico 18 vezes, pareceres, encaminhamentos e reuniões foram citadas 28 vezes, visita domiciliar e trabalho em grupo foram 17 vezes citados , dentre outras técnicas, as quais os discentes foram desafiados a cumprir brilhantemente no estágio, inclusive, em um momento reservado apenas para a observação de campo.

#### **4.5 - A relação teoria e prática**

Quando os discentes foram questionados sobre a relação entre a teoria e pratica, o conjunto das resposta destacou que a teoria é importante/necessária, mas na pratica a teoria

não é efetiva, Como diz um dos entrevistados: “Avalio que a teoria e a pratica não andam em conjunto no campo de estagio”(D.06).Em outra resposta o (a) discente afirma que essa relação se dar de forma:

“Distante, a atuação que observei não se baseava em nenhuma teoria. A própria supervisora me disse que a teoria não servi muito para o trabalho”. (D. 21)

Há de se observar nessa resposta que, a supervisora de campo orientou o discente na construção de uma pratica totalmente indissociada da teoria. No entanto é importante observar as contradições postos no exercício do estágio, especialmente, ao mesmo tempo em que esse profissional fragiliza o discentes, ele próprio está fragilizado. O que mostra que a precariedade do estagio está intrínseco ao processo de precarização do trabalho, e as reais dificuldades para a materialização da supervisão de estagio, em consonância com as orientações das Diretrizes Curriculares e da PNE<sup>69</sup>. De acordo com Coelho (2012) “O Projeto de formação profissional do assistente social, materializado nas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social (1996), é expressão do esforço crescente de superação da fragmentação entre teoria e pratica”(p.2). Tendo em vista a dificuldade na articulação e aplicabilidade das dimensões teórica-metodológica, ético – política, e técnico- operativa que organizam as Diretrizes.

O que mostra a real necessidade de maior aproximação entre os espaços ocupacionais, com objetivo de subsidiar, acompanhar e auxiliar o estagiário e o próprio supervisor de campo, que se ver sozinho lutando contra a corrente.

“ A experiência do estágio supervisionado foi nos apresentada como um exercício de extrema relevância, um espaço de vivência, em que se pode conhecer a realidade profissional do assistente social no âmbito hospitalar. Através do estagio conheci quais eram as condições de trabalho do assistente social, a conjuntura institucional, o trato com os usuários, e principalmente o campo contraditório entre prática e teoria. Isso foi bom porque trouxe agente para realidade, muitas vezes o que é dado em sala de aula não condiz com a realidade.”(D.37).

O objetivo aqui não é aprofundar o arcabouço teórico do curso de Serviço Social, mas apenas identificar algumas dificuldades que o percurso formativo imprimiram nas concepções dos discentes, mediante o estagio supervisionado, espaço de aprendizagem e articulação entre teórico e pratica.

---

<sup>69</sup> Ver as Orientações da PNE no II capitulo desse estudo.

## 5. Considerações finais

Apesar de o estágio obrigatório ser considerado parte intrínseca do processo de formação dos estudantes de Serviço Social, estudos tem identificado a existência de muitas dificuldades em sua materialização. Um dos pontos de maior discussão é as implicações que perpassam a relação entre teoria e prática, o que mostra um distanciamento da articulação dos conhecimentos teórico- metodológico, ético-político, e técnico- operativo no processo de formação profissional.

Os discentes da UFRB trazem inúmeras pontos para ser pensadas no processo de estágio, questões que merece ser identificadas para que os sujeitos envolvidos tenha claro seu papel nesse processo, seja ele estagiário, supervisor de campo e acadêmico.

Dentre os resultados da investigação, destacam-se: a) implicação entre as dimensões formativa e interventiva da profissão b) qualidade dos processos de estágios. c) dificuldade de deslocamento dos estagiários e) ausência de supervisões conjuntas; e) processo de precarização das condições de trabalho dos supervisores nos espaços sócio-ocupacionais; f) a condição de estagiários trabalhadores g) entraves e dilemas na operacionalização do projeto de intervenção; h) relações conflituosas entre discentes x supervisores acadêmicos e de campo; i) processo de seleção do campo de estágio e não identificação com a área de atuação.

Por fim, podem- se inferir que tais resultados refletem a necessidade de indagar que os dilemas e conquistas do estágio supervisionado estão intrínsecos as reais condições de precarização do mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Os cursos sequenciais na reforma do ensino superior. Brasília,jul.1999**

ABEPSS. **A Política Nacional de Estágio da ABEPSS. In: Temporalis. N.17. Brasília, 2009.**

ABEPSS/CFESS. **As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação Profissional e do projeto ético-político. 2011.**

ABEPSS.**Política de Ensino Superior no Brasil: A regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social – Relatório Final do Seminário. In: Temporalis. N.1. Brasília,2004.**

ANDES. **A Contra Reforma da educação superior: Brasília: ANDES, 2004.**

BOSCHETTI,I,S.O **Desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua Implementação. In: Temporalis.nº8.Brasília: ABEPSS,2004.**

COELHO, Marilene. **Imediatividade na prática profissional do assistente social, Rio de Janeiro : Lumen juris, 2012.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. ed. 29º.2002.

DESLANDES, S, F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 4.ed.Petropolis,RJ: Vozes,1994.**

FALEIROS,V,P. **Estratégias em Serviço Social.- 9.ed.Sao Paulo, Cortez, 2010.**

FRIGOTTO, G. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista brasileira de educação, 2011.**

-----FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva. São Paulo, Cortez, 1999.**

FREIRE, P. **Educação e mudança; tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin.Rio de Janeiro: Paz e Terra,1983.**

GIL, A,C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.ed-4.rempr-8.São Paulo: Atlas,2006.**

-----Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Ed- 5.São Paulo:Atlas,1999.

IAMAMOTO, M.V.O **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional-14.ed.-São Paulo, Cortez, 2008.**

-----Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. In: **Temporalis. N.1.Brasília:ABEPSS,2004.**

-----**.As Dimensões Ético – políticas e Teórico – metodológicas no Serviço Social Contemporâneo.** In: **Conferencia magistral do XVIII Seminário Latino americano de Escuelas de Trabajo Social.** Costa Rica.2004.

-----**.Serviço Social: direitos Sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS,2009.

-----**Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEWGOY, A.M. **Supervisão de Estagio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** São Paulo, Cortez, 2009.

-----Estagio, Ética e Pesquisa: Desafios para a formação profissional. In: **Temporalis.** N.17.Brasilia: ABEPSS,2009.

MENDES, J.R.M. **Os desafios das Diretrizes Curriculares na afirmação do projeto ético – político do Serviço Social: proposta da oficina – perspectiva ABEPSS.** **Temporalis**, ano 4,nº.8, 2004.

MESZÁROS, I. **A Educação para além do Capital.** São Paulo. Boitempo,2005.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** Plano de Desenvolvimento da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais. Agosto de 2007.Disponível em<[http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81)>Acesso em 10 de setembro de 2012.

NETTO, J.P. **Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior.** In: **Temporalis.** N.1. Brasília: ABEPSS, 2004.

OLIVEIRA,C,A,H,S.O **Estagio Supervisionado Curricular em Serviço Social: elementos para a reflexão.** In: **Temporalis.** N.17.Brasilia: ABEPSS,2009.

PROJETO PEDAGOGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. caderno UFS,Vol.V,2003.

SANTOS, C.M. **Na pratica a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, pratica, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2010.

RAMOS,S,R. **As Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estagio: fundamentos, polemicas e desafios.** In: **Temporalis.** N.17. Brasilia: ABEPSS,2009.

**RESOLUÇÃO n°512**, de 29 de setembro de 2007, que formula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a política nacional de fiscalização.

**RESOLUÇÃO n°533**, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estagio em Serviço Social.

SANTOS, C.M. Backx, Sheila. Guerra, Y (Organizadoras)- **A dimensão técnico – operativa no serviço social: desafios contemporâneos** Juiz de Fora :ed.UFJF,2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova.** Coimbra, outubro de 2008.

VIEIRA, Ana Paula. **Andifes lança relatório de acompanhamento do REUNI durante a conferência Nacional de Educação.** 2010.2p.

VASCONCELOS, I. **Dilemas e Desafios do Estágio Curricular em Serviço Social: expressão dos (des) encontros entre a Formação Profissional e o Mercado de Trabalho.** In: **Temporalis.** N.17. Brasília: ABEPSS,2009.